

AVALIAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO OURO DE GOIÁS E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

ESTUDOS DO IMB

Junho - 2015

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Thiago Mello Peixoto da Silveira

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Thiago Camargo Lopes

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Lillian Maria Silva Prado

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Unidade básica da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Goiás, o IMB é responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

Gerência de Cartografia e Geoprocessamento

Carlos Antônio Melo Cristóvão

Gerência de Contas Regionais e Indicadores

Dinamar Maria Ferreira Marques

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Marcos Fernando Arriel

Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais

Marcelo Eurico de Sousa

Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas

Eduiges Romanatto

SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

GOVERNO DE
GOIÁS

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste
74125-125– Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-6695 Fax: (62) 3201-6691
Internet: www.imb.go.gov.br - e-mail: imb@segplan.go.gov.br
Junho de 2015

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB

**AVALIAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO OURO DE GOIÁS E
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO¹**

Guilherme Resende Oliveira²

Murilo Rosa Macêdo³

Paulo Jackson Bezerra Vianna⁴

GOIÂNIA

Junho de 2015

¹Os autores agradecem por comentários e sugestões de Marcos Borges e João Lino, da Goiás Turismo, e Deolinda Taveira, Simone Rosa e Solange Santana, da antiga Secretaria de Cultura do Governo do Estado de Goiás.

² Pesquisador em Economia do IMB. Mestre e doutorando em Economia pela UnB.

³ Pesquisador em Sociologia do IMB. Cientista Social pela UnB.

⁴ Pesquisador em Economia do IMB. Economista pela UNIR (Universidade Federal de Rondônia).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
HISTÓRICO.....	9
Cocalzinho de Goiás.....	13
Corumbá de Goiás	14
Goiás	15
Jaraguá.....	16
Pirenópolis.....	17
PANORAMA SOCIOECONÔMICO E TURÍSTICO.....	18
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO DO OURO	25
Contexto político-institucional do Polo do Ouro.....	26
Deficiências do Polo do Ouro	30
POLÍTICAS E AÇÕES PÚBLICAS NO POLO DO OURO.....	35
Gastos federais	35
Gastos estaduais.....	36
Gastos municipais.....	46
SOLUÇÕES E PROPOSTAS.....	48
Outras soluções para o Polo do Ouro- PDTIS	51
Cultura	51
Ecoturismo.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXO	56
Roteiro de entrevista.....	56
Relatório de entrevistas	57
Entrevistados	87

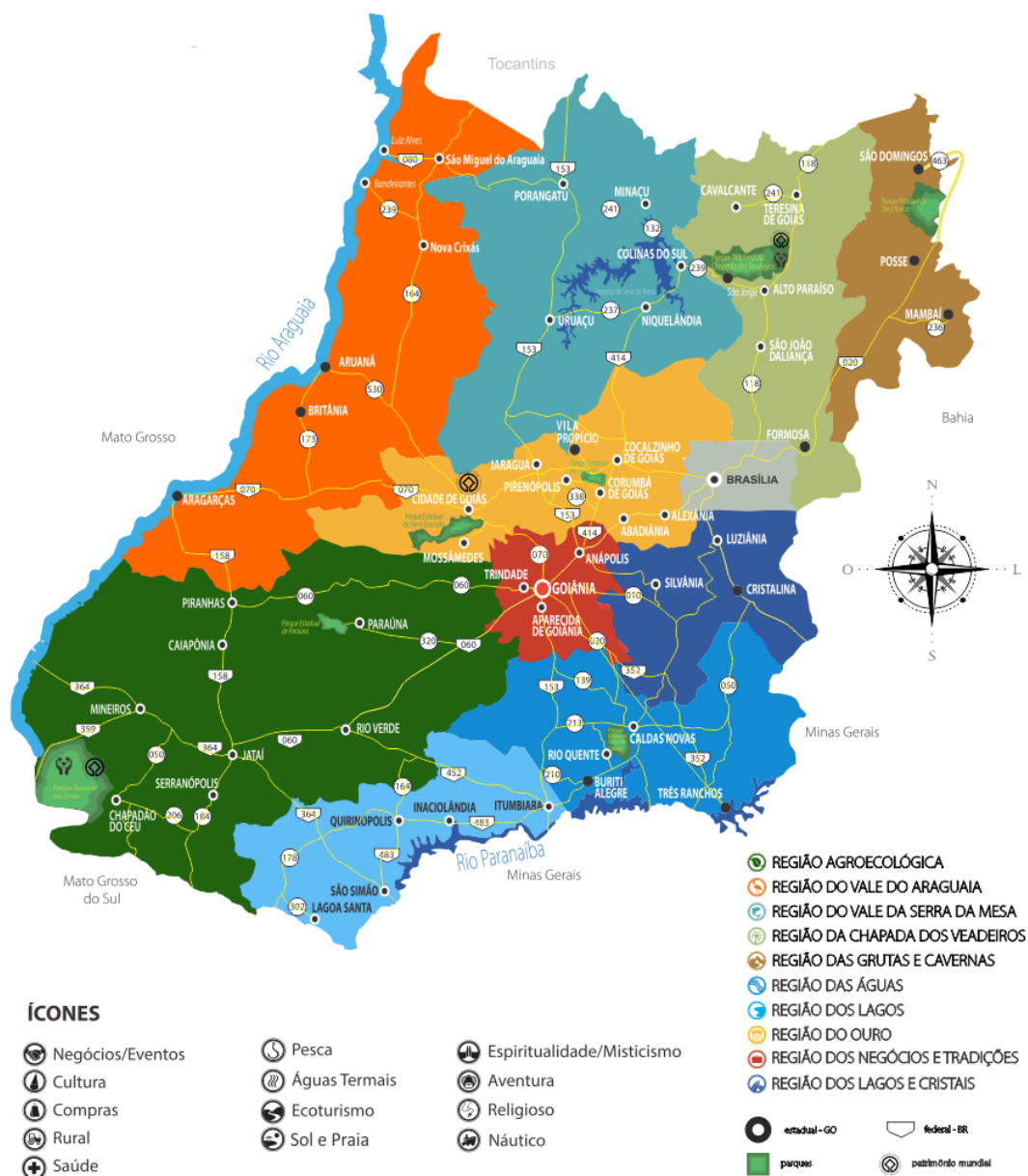
INTRODUÇÃO

O Instituto Mauro Borges (IMB), ligado à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan) e em parceria com a Goiás Turismo e a área de Cultura do governo, realizou e tem a satisfação de apresentar o presente estudo sobre a Região do Ouro de Goiás.

Para definir e executar políticas e suas ações de planejamento é necessário que o poder público conheça a região de aplicação, do ponto de vista político e socioeconômico, além das demandas oriundas dos agentes locais dos municípios. Ademais, é fundamental que conheça os dispêndios e sua distribuição conforme fontes de financiamento, isto é, federal, estadual, municipal e privada. Isso permite definir estratégias para que os empreendedores das áreas cultural e turística possam atuar.

Este estudo avalia as políticas públicas recentemente executadas na Região do Ouro – ver mapa abaixo, que também é denominada como Polo do Ouro, que foi determinada pela política de regionalização do Ministério do Turismo. Os municípios do Polo fazem parte de uma região que está territorialmente localizada no que foi o percurso dos Bandeirantes que desbravaram Goiás em meados do século XVII. Assim, de algum modo, a história está ligada com a vocação econômica atual, especialmente a agropecuária e o turismo. Hoje, esta região se tornou um rico Patrimônio Cultural e Arquitetônico, o qual merece especial atenção dos poderes públicos.

Figura 1 – Mapa turístico do Estado de Goiás



O Programa de Regionalização do Turismo busca valorizar o acúmulo de experiências organizativas e iniciativas produtivas que proporcionem a disseminação do conhecimento em relação a políticas públicas voltadas ao turismo. Desta forma, há o intuito de gerar uma unidade de linguagem; perceber o caráter intersetorial do desenvolvimento; obter uma visão ampliada do processo de regionalização turística; além de considerar os diferentes estágios de desenvolvimento do turismo, as diversas realidades assim como as diferentes potencialidades e recursos de cada município em determinada região turística do país (BRASIL, Programa de Regionalização).

Assim, buscou-se analisar a eficiência das ações e investimentos das políticas públicas para o turismo e cultura voltadas para a região e compor uma estratégia de desenvolvimento regional. Além disso, examinaram-se as carências e gargalos das políticas de desenvolvimento regional em relação à atividade turística da região e à preservação do patrimônio cultural e natural. Por fim, foram apresentadas possíveis soluções para o desenvolvimento institucional político-econômico da região.

Neste sentido, para analisar as políticas públicas na região, foram focados os principais municípios da região (Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Cidade de Goiás e Cocalzinho de Goiás). Para isso, desenha-se o perfil socioeconômico, crescimento da atividade turística e outros dados e informações pertinentes e disponíveis da região em estudo.

Além disto, foram realizadas visitas aos referidos municípios com o intuito de ter conhecimento sobre o ponto de vista local a respeito do tema em questão. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os secretários de Turismo e Cultura dos municípios, representantes de outros órgãos públicos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), membros de associações ligadas ao turismo, cultura ou atividades relacionadas ao turismo (hotelaria, restaurantes, artesãos, etc.) e outros líderes locais.

De acordo com Takasago et al (2010), o serviço de turismo representava em 2006 2,3% do PIB brasileiro, contudo quando considerado o complexo turístico, que também agrega os insumos usados pelo turismo e outros serviços que são incorporados pelas atividades turísticas, esta representação passa para 5% do PIB, demonstrando a importância desta atividade.

Quanto ao mercado de trabalho, de acordo com o IPEA (2013), em dezembro de 2011, as atividades características do turismo empregavam 2,08 milhões de pessoas, sendo que 46% eram empregos formais e 54% ocupações informais. Segundo Takasago et al (2010), a contribuição da população ocupada no setor turístico é ainda mais relevante que a participação no PIB. De acordo com seu estudo, 3,3% da população ocupada no Brasil estão em ocupações apenas no setor turístico, porém quando considerado o complexo turístico este valor se eleva para 6% da população ocupada no Brasil.

Ainda de acordo com o IPEA (2013), na região Centro-Oeste as ocupações no setor de turismo correspondiam a 140 mil ocupações, o que representa 7% das ocupações no setor turístico brasileiro e sendo pouco mais da metade delas informais. Diante destes fatos, demonstra-se a importância de estudar o turismo como forma de agente fomentador de

desenvolvimento, especialmente para regiões específicas que concentram expressivo número de atrativos turísticos.

A cultura tem uma relação direta com o turismo e o desenvolvimento econômico, portanto, teve especial atenção nesta pesquisa. De acordo com a Unesco, em alguns países da Europa o setor cultural representa 3% do PIB. Vale ressaltar que as atividades artísticas são intensivas em mão de obra, portanto, este setor gera especialmente a renda ligada ao trabalho. De acordo com Diniz (2008) a Fundação João Pinheiro (1998) estimou que a produção cultural brasileira, no ano de 1994, representava 0,8% do PIB. Além disso, para cada R\$ 1 milhão gastos em cultura, 160 postos de trabalho diretos e indiretos eram criados.

Silva (2007) mostra que em 1992 o mercado cultural no Brasil tinha 3,3 milhões de pessoas, número que atingiu 4,3 milhões em 2001. A participação no número total de ocupações aumentou de 5,1% para 5,8%, respectivamente, revelando o crescimento da área no mercado de trabalho. Usando dados da POF/IBGE (Pesquisa de Orçamentos Familiares), o autor apresenta que os gastos das famílias com cultura foram de R\$ 31,9 bilhões em 2002, aproximadamente 3% do total das despesas familiares ou 2,4% do PIB brasileiro.

De acordo com Silva (2007), no Estado de Goiás existiam 13.343 empregos formais na área cultural em 2002, do total de 768.100 empregos formais do Estado. Isso representa 1,71% do total de vínculos empregatícios do setor cultural em relação às demais atividades.

Um dos principais estudos feitos sobre o Polo do Ouro resultou no PDTIS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável), um plano elaborado em 2012 que pretendia apontar as principais políticas a serem implementadas na região para seu desenvolvimento econômico. O presente trabalho usa algumas informações desse plano.

Após dois anos da publicação do PDTIS, o IMB em parceria com a área de Cultura do governo e a Goiás Turismo, busca fazer as avaliações das políticas e ações públicas nesta região, além de verificar a aplicação e uso do PDTIS. Entre elas, foram verificados os gastos, orçamentos e arrecadações, além de alguns projetos pontuais, como o PAI (Plano de Ação Integrado do Governo de Goiás).

HISTÓRICO

A Região Turística do Ouro compreende uma faixa longitudinal que ocupa a parte central do Estado de Goiás e inicia, a leste, no entorno do Distrito Federal indo até o Parque Estadual da Serra Dourada, a oeste. Esta região comporta municípios com grande potencial turístico devido ao seu grande patrimônio histórico-cultural, além do turismo ecológico e de aventura. Entretanto, a história do ciclo do ouro no Estado de Goiás, que se inicia na primeira metade do século XVIII, engloba municípios em praticamente todo o território goiano e tocantinense, os quais ficarão fora do escopo do estudo, com breves menções.

O território goiano já havia sido percorrido por várias entradas e bandeiras, porém sempre de passagem e sem se fixarem por aqui. Estas expedições tinham como objetivo, além da busca pelo ouro, a captura de índios para servirem de mão de obra nos grandes centros econômicos da colônia. Desta forma, a fixação de não índios no território goiano se torna relevante apenas após a descoberta do ouro. Entretanto, após a descoberta de minas de ouro em Minas Gerais (1690) e em Cuiabá (1718), começa a se fortalecer a ideia de que existiam minas a leste e a oeste deste vasto território também deveria haver ouro ao centro.

Em 3 de julho de 1722, parte de São Paulo a Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o segundo Anhanguera. É atribuída ao pai do bandeirante a passagem em que o sertanista usa um truque para enganar os indígenas que o impediam de entrar no território goiano. Ele teria atado fogo em uma bacia com aguardente ameaçando os índios de incendiar os rios e córregos caso os nativos impedissem sua passagem e não lhes indicasse onde se localizava o ouro. Amedrontados, os índios não opuseram resistência. Depois disso, Bartolomeu Bueno, o pai, passou a ser chamado de Anhanguera, que normalmente é traduzido como Diabo Velho.

A bandeira do segundo Anhanguera é a primeira que parte de São Paulo com a intenção de se fixar em território goiano e encontrar ouro em grande quantidade, o que de fato ocorreu. A notícia da abundante existência de ouro nesta região atraiu grande número de pessoas em um curto espaço de tempo. Dez anos após a chegada da notícia do ouro em São Paulo, em 1736, já se contavam 10.263 escravos em Goiás (PALACIN, 1989).

A primeira região na qual encontraram ouro e também ocupada foi a do Rio Vermelho. Ali foi fundado o Arraial de Sant`Ana que mudou de nome para Vila Boa de Goiás em 1739 e depois veio a se chamar apenas Goiás. Até então pertencente à capitania de São Paulo, em

1749 este território é elevado à condição de Capitania de Goiás. O nome é derivado dos índios que habitavam esta região, os Goyases.

Os migrantes em busca do ouro vieram de todas as partes do Brasil. Podem-se destacar duas rotas entre as mais utilizadas. A primeira tinha origem no sudeste do Brasil e continha pessoas cujas origens eram, principalmente, das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais. A segunda tinha origem no norte do Brasil, especialmente pessoas vindas do Pará e do Maranhão. Pela própria localização, as pessoas vindas do sudeste tiveram uma maior fixação na parte centro-sul da Capitania de Goiás, já as que vinham do norte se fixaram mais na parte norte da Capitania.

Os arraiais que se formaram ao sul se transformaram no pólo hegemônico da capitania. As decisões administrativas eram realizadas no sul o que também fomentou uma maior atividade urbana nos arraiais desta região. Por haver uma menor distância entre as jazidas foram criados mais arraiais e também gerou uma maior densidade populacional na parte sul (ESTEVAM,2004).

Na Correição de Vila Boa, ao sul, foram fundados: Vila Boa de Goiás (atual Cidade de Goiás), Julgado de Meia Ponte (Pirenópolis), Arraial de Corumbá, Arraial do Córrego do Jaraguá (Jaraguá), São José de Mossamedes, Julgado de Crixá (Crixás), Julgado de Pilar (Pilar de Goiás), Arraial do Bonfim (Silvânia), Julgado de Santa Luzia (Luziânia), entre outros.

Na Correição do Norte foram fundados: Arraial de São José do Tocantins (Niquelândia), Arraial de Amaro Leite (Mara Rosa), Julgado de Cavalcante (Cavalcante), Julgado de Arraias (Arraias-TO), Julgado de Natividade (Natividade-TO), Julgado da Barra do Palma (Paranã-TO), entre outros.

Devido à grande extensão territorial e ao próprio formato alongado, a Capitania de Goiás foi dividida em duas comarcas no ano de 1809. Além das duas comarcas foram feitas duas fundições de ouro. Uma em Vila Boa de Goiás para atender ao sul da capitania e outra em São Félix para atender ao norte. As fundições, como o nome já diz, eram locais em que o ouro em pó era fundido em barras para ser exportado para fora da capitania. Também eram locais em que a coroa portuguesa retirava o imposto sobre a produção aurífera, o quinto. Ou seja, a coroa portuguesa cobrava 20% de toda a produção de ouro na colônia. Cabe ressaltar que a alta taxa cobrada veio a fomentar grande quantidade de contrabando em todas as regiões de minas do Brasil.

A mineração na época colonial ocorreu de duas formas, as jazidas sedimentares de ouro de aluvião e as jazidas com veios auríferos na pedra. Apenas a primeira foi utilizada na

Capitania de Goiás. O ouro de aluvião depositado nas águas dos rios exigia do mineiro que apenas o peneirasse para se retirar cascalho e areia e, então, separá-los do ouro. Assim se exigia menos capital e técnicas mais rudimentares para se retirar o ouro. Por outro lado também possibilitava uma retirada menor de ouro. Na Capitania de Goiás nunca foram contratados técnicos em geologia ou em mineração para aumentar o potencial de ouro retirado nesta região.

Devido ao pouco investimento e à grande procura de ouro, o ciclo do ouro na Capitania teve um curto período de vida. A exploração iniciou na década de 1720 e cresceu continuamente até o ano de 1753, ano auge do ciclo do ouro goiano. A partir de então começa uma lenta queda na produtividade de ouro por escravo até se tornar quase insustentável a partir do final da década de 1770.

A política da era colonial proibiu o surgimento de várias atividades agrícolas nas regiões das minas de ouro, por exemplo, os engenhos de açúcar. Esta medida causou um grande encarecimento das mercadorias necessárias para as populações que vieram para Goiás e tinham que importar praticamente tudo o que consumissem, principalmente de Minas Gerais e São Paulo. Isto fez com que quase toda a riqueza do ouro aqui produzida saísse da região. Desta forma, após a decadência da produção aurífera, ocorre um grande esvaziamento dos arraiais e vilas que se formaram em Goiás. A ruralização da vida goiana ocorrida durante o século XIX fez diminuir muitos dos arraiais e vilas da região e levou alguns até à extinção.

Outra consequência do fim da mineração foi a diminuição do número de escravos em relação ao total da população. Fatores diretamente relacionados com este fato foram: a diminuição na importação de escravos; diminuição da produtividade do trabalho escravo; a compra da liberdade; a miscigenação da população; e o tipo de trabalho exigido na nova atividade econômica que emergia em Goiás, a pecuária extensiva.

Apesar de rápido, o ciclo do ouro em Goiás foi responsável pela estruturação inicial do Estado e fundou as bases da sociedade goiana. Sua importância histórica é indiscutível e, em grande parte, preservada. As cidades de Goiás e Pirenópolis são grandes exemplos disso e os grandes indutores do turismo no Polo do Ouro. O legado histórico são as festas, folclore, cultura, arquitetura, além das atividades de agropecuária e de mineração.

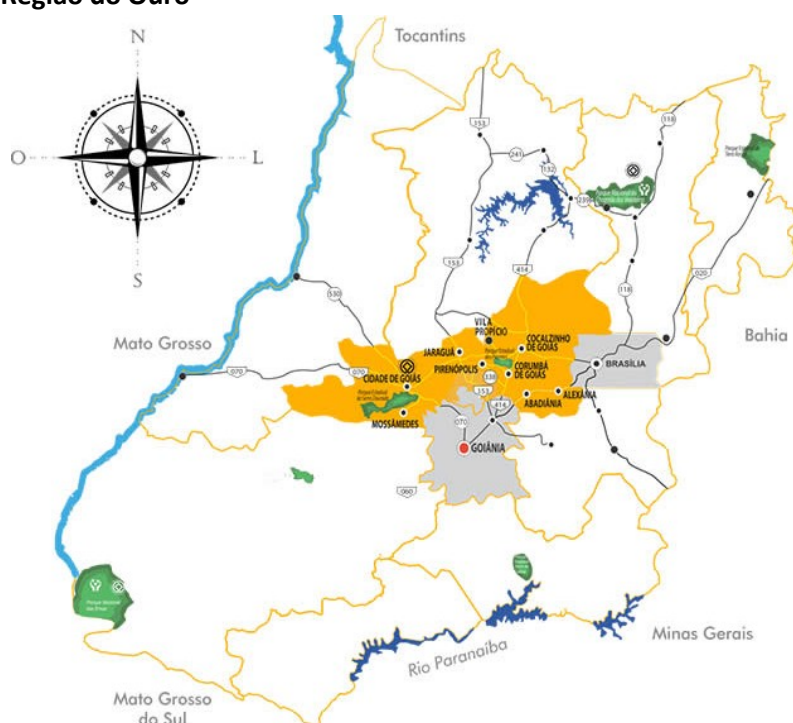
Vale ressaltar que a definição atual de Polo do Ouro é uma nomenclatura turística. A partir do programa de regionalização do turismo do Ministério do Turismo, a Goiás Turismo dividiu o estado em 10 regiões turísticas. Desta forma, o Polo do Ouro engloba algumas das

principais cidades históricas da época do ciclo do ouro, mas não todas. A exploração aurífera ocorrida na era colonial abrangeu todo o território goiano de modo que esta região específica recebeu o nome de Polo do Ouro para ressaltar sua importância histórica e a importância da história na atração turística para as cidades desta região.

Desta forma, foram eleitos os cinco principais municípios em termos turísticos para aprofundar o estudo desta região, inclusive faz-se uma breve apresentação deles abaixo, a saber: Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás. As cidades de Goiás e Pirenópolis apresentam especial importância histórica, a primeira por ter sido, durante 300 anos a capital do Estado de Goiás e a segunda, devido a sua localização privilegiada, ter sido o grande centro de comunicação da capitania de Goiás com o sudeste do Brasil. Além disso, a Cidade de Goiás possui título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO e Pirenópolis possui o título de Patrimônio Histórico Nacional, o que lhes conferem uma grande visibilidade turística tanto a nível nacional quanto mundial.

Por outro lado, Jaraguá, que possui uma indústria têxtil desenvolvida, possui bom volume de turismo de negócios além do turismo de aventura. Corumbá de Goiás se localiza muito próximo de Pirenópolis, se beneficiando da grande atratividade deste município vizinho, além de possuir atrativos naturais como rios e cachoeiras. Por último, Cocalzinho de Goiás, porta de entrada do Parque Estadual dos Pirineus, também possui grandes potenciais de ecoturismo e se localiza entre Pirenópolis e Brasília, grande mercado consumidor do turismo desta região.

Figura 2 – Região do Ouro



Cocalzinho de Goiás

Seu passado confere com a história do Brasil, uma vez que integra: o roteiro da Estrada Colonial no Planalto Central, a mais extensa estrada do Brasil oficializada em 1736 pelo rei de Portugal D. João V; o roteiro da Comissão Cruls, que chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls (1892), veio demarcar o quadrilátero da futura Capital Federal, Brasília; a Caverna dos Ecos, um atrativo natural considerado como a maior caverna de lago subterrâneo da América do Sul e a maior do mundo no seu aspecto geológico.

O Município é divisor de águas para duas importantes bacias hidrográficas continentais: Bacia do Prata e Bacia do Tocantins, além de agregar o bioma Cerrado e paisagens altaneiras em sua geografia perfazendo o panorama de adorável contemplação. Considerado de baixa densidade populacional e localização privilegiada, o município possui potencial para produção mineral e agropecuária, porém, também existe grande potencial para o setor de turismo seja cultural, histórico, rural ou de aventuras. O setor de turismo traz consigo a vantagem de contribuir para a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural. A paisagem natural expõe as diversas nascentes e cachoeiras destacando-se como o "berço das águas". Cocalzinho de Goiás não tem atrativos naturais listados no Sistur, entretanto, é sabido que possui cachoeiras e alguns locais bastante frequentados por escaladores no Parque Estadual do Pirineus.



Cocalzinho de Goiás

Foto: Goiás Turismo

Corumbá de Goiás

A mineração foi à atividade que mais exerceu influência para o aparecimento das cidades brasileiras, nos séculos XVIII e XIX. É nesse contexto que se insere Corumbá de Goiás. O nome Corumbá tem origem tupi-guarani, que significa cascalho branco. Encravada no sopé dos montes Pireneus, Corumbá mantém ainda vivas as tradições históricas herdadas pelos bandeirantes paulistas e portugueses que fundaram a cidade. Seus primeiros moradores foram integrantes da bandeira Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, que chegaram em busca de ouro e de índios.

Além da mineração, as atividades agropecuárias e artesanais deram sustentação ao arraial de Corumbá durante o período colonial, época em que surgiram ali diversas festas religiosas, entre as quais a do Divino Espírito Santo, de Santo Elesbão e Santa Efigênia (protetores dos escravos). E, para esta festa, foi trazida a tradição ibérica das Cavalhadas que retratam as lutas entre mouros e cristãos, no tempo de Carlos Magno, durante a Festa da Nossa Senhora da Penha. Fundada em 1730, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, doravante IPHAN, em 21 de dezembro de 2004. Reconhecimento esse, por possuir o terceiro maior casario histórico de Goiás, nos arredores da Igreja Nossa Senhora da Penha, que possui em seus altares, imagens barrocas e neoclássicas, trazidas diretamente de Portugal. Corumbá também se destaca por possuir grande volume de águas que cria inúmeras cachoeiras, incluindo o Salto de Corumbá, uma das maiores da região do ouro.



Goiás

A história da Cidade de Goiás se confunde com os primeiros passos do Estado homônimo. Nas primeiras décadas do século XVIII, começaram a chegar à região, bandeirantes paulistas motivados pela descoberta do ouro. Dos diversos arraiais criados em torno dos locais de exploração do mineral, destacou-se o Arraial de Sant'Ana, fundado às margens do rio Vermelho em 1722 por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, conhecido como o segundo Anhanguera. Em 1736, o Rei de Portugal, com a intenção de cobrar impostos e controlar o contrabando de ouro, além de defender o território dos colonizadores espanhóis, decidiu fundar Vila Boa de Goiás. A nova cidade se tornou sede da Capitania das Minas de Goiás, desmembrada da de São Paulo, e logo incorporou o Arraial de Sant'Ana.

A exploração do ouro de aluvião (encontrado nas margens dos rios) entrou em decadência na segunda metade do século XVIII, justamente quando as concentrações de população começavam a se organizar e as principais edificações da cidade foram construídas. Como consequência da decadência da exploração aurífera na região ocorre um processo de ruralização da vida no Estado, levando à estagnação no desenvolvimento de vilas e arraiais e até ao encolhimento de alguns destes.

Capital do Estado até a década de 1930, quando se deu a transferência para a recém-fundada Goiânia, Goiás é a cidade do Estado com maior número de construções protegidas pelo patrimônio histórico. Além deste patrimônio a cidade, ao longo de seus quase três séculos de existência, possui uma cultura local pujante, tendo abrigado grandes nomes das artes, especialmente na literatura e nas artes plásticas. Por toda essa importância histórica e cultural, recebeu pela UNESCO, em 27 de Junho de 2001, o título de Patrimônio da Humanidade. Aos poucos, a cidade onde o escultor Veiga Valle e a escritora Cora Coralina realizaram suas obras vai fazendo do turismo uma importante atividade econômica.





Jaraguá

Foto: Goiás Turismo

Jaraguá⁵

Sua origem remonta ao período em que o ouro ainda era um grande expoente econômico da região. Notícias da existência deste minério nas proximidades dos arraiais de Meia-Ponte (1727) e de Santa Rita da Anta (1729) atraíram aventureiros próximos e distantes. Em 29 de julho de 1882, foi elevado à categoria de município e passou a ser chamado apenas de Jaraguá. Já no século XX, com a política nacional de integração, Goiás, e por consequência Jaraguá, foi contemplado com a construção de um eixo viário fundamental, a BR-153, a famosa rodovia Belém-Brasília, integrando-a ao contexto econômico e social do Estado e do Brasil.

⁵ Texto retirado do IBGE Cidades, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=521180>.

Pirenópolis

A cidade foi fundada como um pequeno arraial em 1727 quando Manoel Rodrigues Tomás, chefe de um grupo de garimpeiros submetidos ao bandeirante Anhanguera e guiado por Urbano do Couto Menezes, chegou à região com a missão de descobrir novas jazidas de ouro. Na segunda metade do século XVIII, o crescimento de Pirenópolis ficou paralisado devido à crise da exploração do ouro. Em 1800 acontece uma retomada da economia, alavancada pela agricultura (principalmente algodão), pecuária e comércio. Apesar das mudanças das rotas comerciais da região a partir de 1850, o crescimento do centro urbano vai até o fim do século XIX, quando a cidade passou por um período de estabilidade econômica e cultural. Em 1890, seu nome oficial passou a ser Pirenópolis, uma homenagem à Serra dos Pireneus que cerca toda a cidade. Mantendo conservada e intacta sua feição original e suas tradições, Pirenópolis foi tombada pelo IPHAN.



Pirenópolis

Foto: Goiás Turismo

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E TURÍSTICO

Antes de se aprofundar no turismo do Pólo do Ouro, cabe aqui apresentar algumas características municipais que contribuem de maneira direta ou indireta para o turismo local. Isto é, por meio da renda e do emprego, dos serviços públicos, da infraestrutura, da qualidade de vida do município, entre outros fatores apresentados abaixo, toda a atividade turística é afetada e, reciprocamente, o turismo afeta esses indicadores.

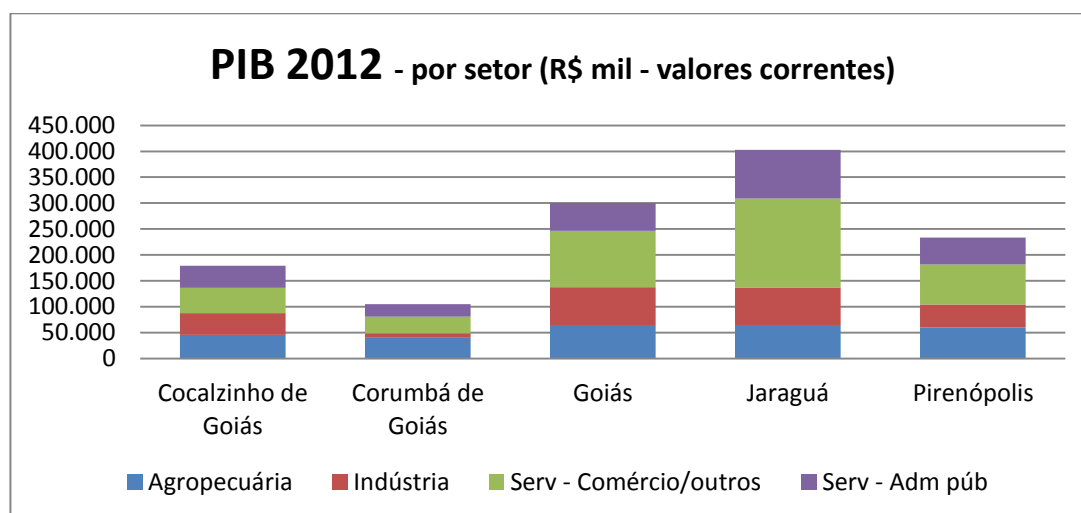
Tabela 1: Indicadores socioeconômicos e PIB (2012).

Municípios	Participação no PIB Local (2012)				RAIS (2012)					
	Agropecuária	Indústria	Serviços		PIB 2012 (R\$ mil)	População 2010	IDHM (2010)	Incidência da pobreza	Empregos total	Rendimento Médio (R\$)
			Comércio/ outros	Adm púb						
Cocalzinho de Goiás	25,4%	23,5%	27,55%	23,60%	193.086	17.407	0,657	45,30%	1.398	1.433,47
Corumbá de Goiás	38,2%	8,1%	31,01%	22,68%	110.016	10.361	0,68	44,40%	919	1.061,53
Goiás	21,0%	24,8%	36,28%	17,86%	324.070	24.727	0,709	34,10%	3.812	1.474,19
Jaraguá	16,1%	17,8%	42,71%	23,32%	435.869	41.870	0,699	35,90%	6.100	1.003,39
Pirenópolis	25,8%	18,9%	33,30%	22,05%	248.650	23.006	0,693	33,20%	3.024	1.043,21

Fonte: RAIS/IBGE/IPEA/IMB.

O gráfico abaixo mostra a composição atual do PIB municipal dos municípios do Polo. Ressalta-se o peso do setor de serviços em todos os municípios, especialmente em Goiás, o qual possui alto rendimento médio de seus trabalhadores formais, além de ser o único município com IDHM considerado alto. Por outro lado, municípios como Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás, que possuem os menores PIB's, têm IDHM médio e um alto índice de pobreza. Talvez o turismo possa ser uma solução para alavancar a economia local e mudar a realidade descrita por esses dados.

Gráfico 1: Composição do PIB municipal (2012)



Fonte: IBGE/IMB

A tabela abaixo resume outros fatores relacionados à atividade econômica da região, o que acaba explicando a composição do PIB acima e ajuda a entender o contexto em que as atividades turísticas se inserem dentro do município. O Arranjo Produtivo Local (APL) é uma classificação a respeito do desenvolvimento e organização das atividades econômicas do local.

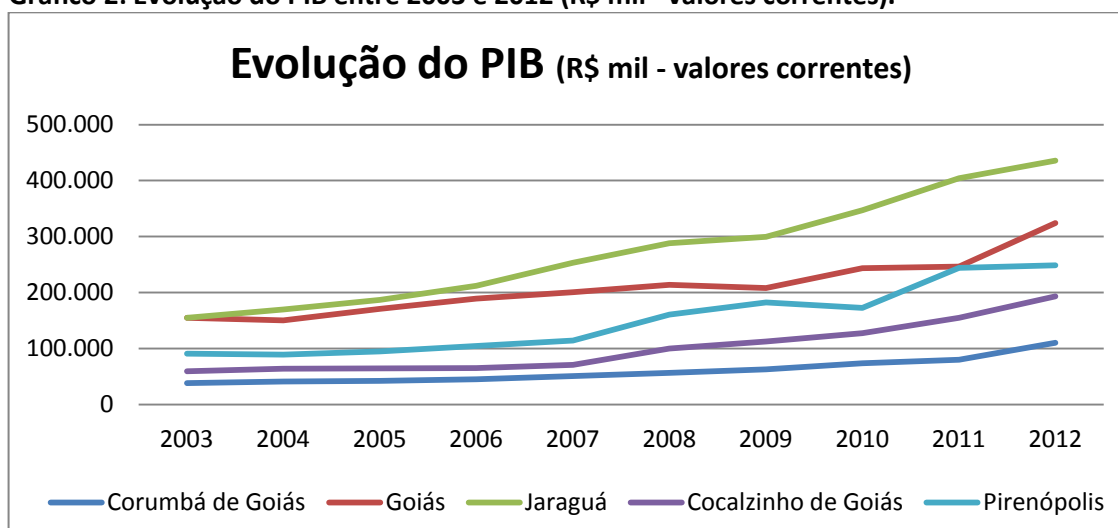
Tabela 2: Principais produções e atividades econômicas, e participação em APL.

Municípios	Produção principal da Agropecuária no município e posição de destaque no ranking estadual (2010)	Principais atividades industriais no município e posição de destaque no ranking estadual	Sede ou participante de Arranjo Produtivo Local Articulado ou em Articulação
Cocalzinho de Goiás	Criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos, produção de leite; soja	Indústria de cimento	Mineral/Quartzito de Pirenópolis; Apicultura do Norte do DF
Corumbá de Goiás	Criação de bovinos, vacas leiteiras; produção de leite e mel	Extração de calcário (8º); indústria de laticínios	Mineral/Quartzito de Pirenópolis
Goiás	Criação de bovinos, vacas leiteiras, suínos, aves; produção de leite e mel; arroz (7º), banana, laranja; produção de madeira em tora (6º)	Extração de calcário e areia, indústria de confecção e acessórios	Sede do APL: Apicultura da Serra Dourada
Jaraguá	Criação de bovinos, vacas, suínos; produção de leite; arroz, abacaxi (1º) e melancia (2º)	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Sede do APL: Confecções da Região de Jaraguá; Florestal do Vale do São Patrício
Pirenópolis	Criação de bovinos; produção de abacaxi (5º), banana (10º), manga (9º), mamão (5º), tangerina (9º), borracha (4º)	Indústria alimentícia (frigorífico); extração mineral (argila e pedras ornamentais)	Sede dos APLs: Mineral/Quartzito de Pirenópolis e Turismo de Pirenópolis

Fonte: IMB

Abaixo se tem a evolução do PIB. É importante ressaltar que o PIB de Jaraguá é o maior e foi o que mais cresceu na década analisada. Esse aumento é parcialmente atribuído ao desenvolvimento da atividade têxtil no município, que se tornou APL de confecção recentemente. Inclusive, a visita de turistas é diretamente atrelada a essa atividade. Outra observação é a respeito do crescimento da economia de Pirenópolis, que tende a alcançar o PIB da Cidade de Goiás muito por conta do desenvolvimento do turismo na região. Inclusive, Pirenópolis é considerado município indutor e acaba concentrando os serviços turísticos do raio que compreende quase todo o Polo do Ouro.

Gráfico 2: Evolução do PIB entre 2003 e 2012 (R\$ mil - valores correntes).



Fonte: IBGE/IMB

Outro ponto a ser levantado que influencia o turismo de forma indireta é a questão do saneamento, que apesar de não estar ligado à impressão inicial e visual do turista, influencia na qualidade do bem estar do turista durante a estadia. Portanto, ressalta-se que o município com a maior parte da população atendida é a Cidade de Goiás, com 48,50%. Enquanto que Pirenópolis, a cidade com o maior fluxo de turistas da região do Polo do Ouro, não consta registro sobre a porcentagem de população atendida. Nas entrevistas foram relatadas queixas em relação à falta de coleta e tratamento de esgoto.

Tabela 3 - População atendida por abastecimento de água tratada, coleta de esgoto e coleta de lixo- 2010 - 2013.

Municípios	População atendida (%) - 2013		Destino do lixo (%) - 2010	
	Água	Esgoto	Coletado	Outro destino (1)
Jaraguá	94,2	26,1	83,40	16,6
Cocalzinho de Goiás	100,00	-	75,87	24,13
Corumbá de Goiás	[2]	[2]	60,16	39,84
Pirenópolis	99,28	-	83,55	16,45
Goiás	100,00	48,50	76,05	23,95

Fonte: Saneamento de Goiás S.A / IBGE

(1) Queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio e outros

(2) Atendido pela prefeitura

Outro aspecto que pode afetar o bem estar dos turistas nestes municípios é a questão da segurança pública. De acordo com os dados do IMB, no Índice de Desempenho Municipal 2012 – IDM, os cinco municípios estudados estão na metade inferior do ranking, com destaque para as duas principais cidades em fluxo de turistas, que estão entre os últimos 20 ranqueados, sendo a Cidade de Goiás em 230º, e Pirenópolis em último lugar. A questão da segurança pública foi alvo de críticas por parte de representante dos comerciantes de Pirenópolis durante a realização da entrevista. Este sugere que, embora os turistas ainda não sejam os alvos preferidos dos criminosos, a criminalidade é grave problema para o comércio local impulsionado pelo turismo. Outro problema percebido em decorrência da criminalidade é a preservação do patrimônio histórico, pois, com o intuito de aumentar a segurança dos estabelecimentos, os proprietários promovem reformas que acabam por descaracterizar os imóveis (colocando grades de ferro em portas e janelas, por exemplo).

Tabela 4 - Índice de Desempenho Municipal - 2012

Município	IDM Segurança	Ranking*
Corumbá de Goiás	7,52	173º
Cocalzinho de Goiás	6,91	193º
Jaraguá	6,88	196º
Goiás	6,00	230º
Pirenópolis	3,74	246º

Fonte: IMB

* Comparado aos demais municípios do Estado

Os pontos fortes do turismo local são apresentados abaixo, além do quantitativo dos principais serviços e atrativos turísticos. A lista de atrativos naturais pode ser consultada no Anexo do estudo. A fonte de informações foi o Sistur (Sistema de Informações Turísticas), sistema que é alimentado pelos próprios municípios se pela Diretoria de Pesquisas da Goiás

Turismo⁶. Aqui fica mais clara a diferença de infraestrutura oferecida pelos municípios, ponto fundamental para calcular a oferta de serviços.

Tabela 5: Potencial turístico e quantitativo de atrativos e serviços.

Municípios	Potencial Turístico no município	Equipamentos turísticos - Sistur					
		Número de leitos	Atrativos (naturais e culturais)	Alimentação	Agenciamento	Transporte	Guias
Cocalzinho de Goiás	Ecoturismo, aventura, mirante, gruta, turismo rural e parques	124	6	7	1	0	1
Corumbá de Goiás	Ecoturismo, aventura, mirante, parques, cachoeira, turismo histórico e rural	708	22	44	0	8	3
Goiás	Ecoturismo, aventura, mirante, cachoeira, parques, sítios arqueológicos, turismo rural e religioso, Patrimônio Histórico da Humanidade	1361	109	172	3	41	33
Jaraguá	Ecoturismo, aventura, cachoeira, gruta, turismo histórico, rural e esportes náuticos	427	11	49	2	16	1
Pirenópolis	Ecoturismo, aventura, cachoeira, mirante, gruta, parques, turismo histórico, rural e religioso	4281	28	122	12	31	47

Fonte: Sistur (Goiás Turismo) / IMB

Percebe-se que Pirenópolis e Goiás possuem a maior oferta turística da região. Pirenópolis tem a melhor infraestrutura de turismo e Goiás é o que tem o maior número de atrativos naturais registrados e, especialmente, culturais, devido à sua história. Isso ajuda a explicar a maior atratividade de turistas e a constante realização de grandes eventos por esses municípios – ver informação adiante, no Calendário da Região do Ouro. O número de leitos e a alta quantidade de serviços públicos são de extrema relevância para sediar festividades de grande porte.

Tabela 6: Situação institucional dos municípios – existência de legislação e conselho de cultura e meio ambiente.

Municípios	Munic 2012 (IBGE)						
	Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural	Conselho municipal de cultura - existência	Conselho municipal de preservação do patrimônio - existência	Parceria com outros municípios de forma a assumir e pactuar responsabilidades de projetos e/ou ações na área de cultura	Existe no município delegacia de proteção ao meio ambiente	Conselho municipal de meio ambiente - existência	Fundo municipal de meio ambiente - existência
Cocalzinho de Goiás	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Corumbá de Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Jaraguá	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Pirenópolis	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Munic 2012 (IBGE).

⁶ Por não encontrar nenhuma anormalidade nas informações admite-se a veracidade desses valores.

Outro ponto importante para entender as políticas públicas na área cultural e turística diz respeito à estrutura político-institucional e como esta interage com as três esferas do poder. O quadro acima mostra os principais aspectos disso, entretanto, no decorrer do trabalho explicar-se-á como eles se relacionam. Vale chamar atenção que não existe uma pergunta a respeito do Conselho Municipal de Turismo.

Como se vê acima, apesar de os municípios terem legislação sobre o patrimônio cultural, à exceção de Cocalzinho, eles não possuem um conselho específico que fiscalize e delibere sobre as decisões tomadas em relação ao patrimônio, que provavelmente deve recair sobre o âmbito do conselho de cultura.

Em relação ao meio ambiente, aparentemente o avanço é maior, já que somente Cocalzinho não possui delegacia e conselho municipal. Vale ressaltar que, uma vez que Cocalzinho possui grande área do Parque dos Pirineus, era de se esperar que este município possuísse tais instituições.

Tabela 7: Situação institucional dos municípios – situação de políticas, planos e CAT.

	Política integrada entre cultura e turismo	Plano diretor que inclua o turismo / cultura / preservação do patrimônio histórico	CAT	Secretário turismo conhece PDTIS	Participa de roteiro turístico formalizado
Corumbá	Sim	Sim	1	Não	Sim
Cocalzinho	Não	Não	Não possui	Não	Não
Goiás	Sim	Sim	2	Sim	Sim
Jaraguá	Não	Não	Não possui	Não	Não
Pirenópolis	Sim	Sim	2	Sim	Sim

Fonte: Entrevistas

Apesar da Munic/IBGE não conter informações relativas ao turismo, as entrevistas incorporaram essa questão e verificaram que todos os municípios têm conselho da área. Por outro lado, não são todos os municípios que possuem um plano diretor que inclui o turismo, cultura e preservação do patrimônio.

Sabe-se que os municípios de Pirenópolis e Goiás estão à frente dos demais da Região do Ouro em termos de desenvolvimento institucional. Essa afirmação reflete o avanço deles em relação à política integrada entre cultura e turismo e a existência de um plano diretor que inclua as áreas de turismo / cultura / preservação do patrimônio histórico. Além disso, o conhecimento do PDTIS pelos respectivos secretários é fundamental para a condução das

políticas públicas em nível municipal, já que este dá um direcionamento e mostra os principais problemas de cada cidade.

As cidades com menor quantidade de atrativos turísticos não possuem Centro de Atendimento ao Turista - CAT. Os CATs são fundamentais para fornecer conhecimento ao turista sobre os atrativos da região, possibilitando uma maior autonomia ao visitante, e pode contribuir para sua maior permanência no destino. A manutenção não é alta, já que exige apenas um local bem situado e a permanência de pelo menos um colaborador, que inclusive pode trabalhar na secretaria de turismo exercendo outras atividades quando não estiver em atendimento. Além disso, essas cidades não têm nenhum atrativo participando de roteiros turísticos organizados, como por exemplo, os Quintais de Goiás⁷.

Por fim, mostra-se abaixo o patrimônio cultural material de cada município. De modo geral, os bens tombados pelo IPHAN também são tombados pelo governo estadual. Essa informação revela, além dos possíveis atrativos culturais com visitação turística, um pouco da história de cada município, e logo, o cuidado que este deve ter para preservá-la. O único município que tem patrimônio cultural imaterial legalmente protegido é Pirenópolis, o qual festeja a Festa do Divino Espírito Santo⁸.

Tabela 8: Tombamento do patrimônio cultural material.

MUNICÍPIO	BENS TOMBADOS	
	Estado de Goiás	IPHAN
Corumbá	Não há	1-Conjunto Arquitetônico constituído pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França e bens edificados que a envolvem
Goiás	1-Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico 2-Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua João Pessoa, antiga da Fundação 3-Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz, ou Praça Monsenhor Confúcio, inclusive o Chafariz da Boa Morte 4-Casa de Câmara e Cadeia 5-Casa do Antigo Quartel da II Companhia 6-Igreja (capela) de São João Batista – Arraial do Ferreiro 7-Igreja de Nossa Senhora da Abadia 8-Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte 9-Igreja de Nossa Senhora do Carmo 10-Igreja de Santa Bárbara 11-Igreja de São Francisco de Paula 12-Imagem de Nossa Senhora do Rosário da antiga Igreja da mesma invocação 13-Palácio Conde dos Arcos	1-Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico 2-Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua João Pessoa, antiga da Fundação 3-Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz, ou Praça Monsenhor Confúcio, inclusive o Chafariz da Boa Morte 4-Casa de Câmara e Cadeia 5-Casa do Antigo Quartel da II Companhia 6-Igreja (capela) de São João Batista – Arraial do Ferreiro 7-Igreja de Nossa Senhora da Abadia 8-Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte 9-Igreja de Nossa Senhora do Carmo 10-Igreja de Santa Bárbara 11-Igreja de São Francisco de Paula 12-Imagem de Nossa Senhora do Rosário da antiga Igreja da mesma invocação 13-Palácio Conde dos Arcos
Jaraguá	1-Igreja de Nossa Senhora do Rosário	1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário
Pirenópolis	1-Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário 2-Casa da Fazenda da Babilônia ou São Joaquim e dependências	1-Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário 2-Casa da Fazenda da Babilônia ou São Joaquim e dependências 3-Pirenópolis: Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico
Cocalzinho	Não há	Não há

Fonte: SPHA / Secult.

⁷<http://www.quintaisdegoias.tur.br/>

⁸ Regida pelo Processo nº 01450.000715/2010-15, Data de Registro: 13/05/2010, Categoria: Celebrações.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO POLO DO OURO

Nesta seção faz-se uma revisão do mais recente e completo estudo sobre a região turística do Polo do Ouro, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável: Polo do Ouro (PDTIS).

No referido estudo foi feita uma análise das variáveis internas do Polo do Ouro. Entre elas, os pontos fracos identificados foram:

- Inexistência de estudos referentes ao inventário, comercialização e promoção integrada dos destinos turísticos existentes no Polo;
- Inexistência de estudos socioeconômicos sistemáticos sobre o impacto do turismo para o Polo;
- Secretarias Municipais mal equipadas e sem orçamento.

Estudos que traçam o perfil da demanda turística do Polo são pontuais. No PDTIS foi realizada uma delimitação inicial do Perfil Qualitativo da Demanda Atual do Polo do Ouro através de entrevistas realizadas com gestores públicos estaduais e municipais assim como com empresários do ramo hoteleiro local, no ano de 2010. A partir destas entrevistas, pode-se afirmar que, de forma agregada, predominam os visitantes cuja faixa etária se situa entre os 20 e 40 anos, pertencentes às classes C e D. Os principais atrativos desses viajantes são os patrimônios históricos desses municípios e a rica natureza local, em especial o Parque Estadual dos Pirineus, o Parque Estadual da Serra Dourada e as inúmeras cachoeiras da região. Essas características indicam forte influência sazonal determinada pelo regime de chuvas, com três a seis meses de seca no inverno e grande precipitação no verão, que influencia as características das águas na região. O turista dessa região pode ser classificado em estadual, regional e nacional. O turista internacional é muito pouco representativo, girando em torno dos 8% dos turistas que visitam Pirenópolis e 3% dos que visitam a Cidade de Goiás.

Apesar da pesquisa acima, existem outros estudos de perfil e demanda que apontam uma realidade diferente da representada acima. Esses trabalhos podem ser consultados no site do Observatório do Turismo⁹, apoiado pelo IPTur, uma parceria entre a Goiás Turismo, Sebrae e Senac.

Outro dos principais estudos sobre as estratégias de marketing turístico internacional do Brasil, o Plano Aquarela, não faz nenhuma referência a destinos turísticos localizados no

⁹<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/>

Estado de Goiás. Este fato demonstra o caráter incipiente e fortemente regional da atividade turística no Estado. Assim, é importante que o Governo de Goiás invista na estruturação dos produtos turísticos e na promoção e comercialização dos destinos no Estado. São necessários investimentos que visem à ampliação do fluxo de pessoas, aumente a presença dos destinos do Estado nas prateleiras de comercialização das grandes operadoras nacionais, de modo a ampliar o raio de atuação do Polo.

Contexto político-institucional do Polo do Ouro

A gestão do turismo no Polo do Ouro está condicionada à cooperação das estruturas organizacionais existentes em nível local. Estas estruturas orientam as relações entre as várias partes da região de acordo com orientação do Governo Estadual e as linhas de desenvolvimento do Governo Federal.

Os segmentos de Turismo Cultural e Ecoturismo (natureza) são os de maior relevância no Polo e os que apresentam maior potencial de dinamização, de acordo com os resultados do PDTIS. Estes segmentos devem ser priorizados no desenvolvimento estratégico e das políticas públicas de turismo para o Polo do Ouro. Entretanto, é importante que sejam trabalhados em conjunto, uma vez que apresentam alto potencial para o desenvolvimento na região.

A gestão institucional da atividade turística no Estado de Goiás é realizada pela Goiás Turismo, instituição autárquica criada pela lei 13.550 de 1999. A Goiás Turismo possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial e encontra-se vinculada à administração direta através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED).

O aspecto institucional para gestão da cultura nos municípios do Polo do Ouro é composto por secretarias em todos os municípios, porém apenas na Cidade de Goiás existe secretaria exclusiva. Nos demais municípios, a cultura divide a secretaria com outros segmentos, porém o documento ressalta que em Pirenópolis há um quadro de funcionários próprio para a área de cultura. Estes municípios não possuem orçamentos previstos para a gestão dessas secretarias, tampouco leis de incentivo à cultura ou fundos de cultura. Isto evidencia forte carência em se tratando de destinos com forte apelo no turismo cultural.

Ainda no PDTIS, está a execução financeira do programa de Infraestrutura de Turismo. Esta teve orçamento autorizado de R\$ 4,763 milhões, mas apenas 20,7% foi liquidado, ou seja, R\$ 989 mil. Isso reflete a falta de priorização do poder público com os investimentos na área de turismo diante das grandes carências enfrentadas pelos municípios do Polo em outras áreas consideradas mais prioritárias pelo poder público.

A gestão do meio ambiente nos municípios do Polo é composta por secretarias e conselhos, à exceção de Cocalzinho que não informou seu quadro institucional para o meio ambiente. Em Pirenópolis e na Cidade de Goiás há órgãos exclusivos para este segmento. Por outro lado, em nenhum destes municípios existem códigos municipais de meio ambiente. Este fato é preocupante, pois estes são instrumentos que poderiam regular atividades potencialmente poluidoras e gerar outros dispositivos de proteção à natureza.

A reflexão a respeito da atividade turística necessita ser um exercício conjunto que envolva esforços integrados de governo, empresários e sociedade civil. Esta interatividade deve ser viabilizada por parcerias público-privadas, de acordo com a tendência mundial do setor. Assim, busca-se o planejamento participativo, incluindo representantes dos setores público, privado e das organizações sociais.

Além dos Conselhos Municipais de Turismo existem basicamente duas grandes organizações voltadas para as políticas de turismo, ambas compostas pelo poder público e pela sociedade civil. São elas:

- Fórum Regional do Polo do Ouro. É a organização representativa dos poderes público, privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada de todos os municípios componentes do Polo do Ouro. Seu objetivo é criar uma interlocução regional para a operacionalização do PRODETUR Nacional. Com esse Conselho Regional, espera-se descentralizar as ações de coordenação do processo, deslocando-as do Estado para a região turística.
- Fórum Estadual de Turismo. Tem a finalidade de integrar a cadeia produtiva do turismo no Estado, operacionalizando o Plano Estadual de Turismo de Goiás, constituindo-se em um canal de ligação entre o Governo e os destinos turísticos do Polo do Ouro.

Vale a pena ressaltar que esta estratégia foi alinhada e concebida levando em conta os principais pontos do Plano Estadual de Turismo de Goiás e do PRODETUR Nacional. Também de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, a gestão a ser adotada deve ser preferencialmente compartilhada. Desta forma se busca a democratização da gestão através da construção de consensos e acordos que envolvam uma diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e a sociedade civil organizada (Brasil, Programa de Regionalização do Turismo).

As Secretarias de Meio Ambiente dos municípios de Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Abadiânia estão finalizando a implementação de um consórcio intermunicipal, em parceria com o Governo de Goiás e como parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste visando solucionar o problema de coleta e destinação do lixo.

Outro ponto crucial para o avanço do arranjo sociopolítico da Região do Ouro diz respeito à integração das suas atividades, em especial, aos eventos. Os municípios do Polo se tornam concorrentes entre si quando fazem evento na mesma data. Para diminuir as divergências, recomenda-se elaborar um calendário coletivo e bem discutido entre os municípios.

Cada município tem uma preocupação exclusiva em dispersar os seus eventos temporalmente, de modo a reduzir a sazonalidade do turismo. Entretanto, quando se olha para a região como um todo, percebe-se que em alguns momentos existem uma sobreposição de eventos, que inclusive têm o mesmo público alvo. Espera-se que os municípios usem o espaço do Fórum do Ouro para combinar e pensar o calendário, de modo estratégico para que a situação acima não se repita. Neste sentido, este estudo buscou sistematizar os principais eventos e apresentar um calendário inicial, de modo a facilitar a construção futura deste calendário.

Tabela 9: Principais eventos permanentes (vermelho), apoiados periodicamente (verde), entre outros da Região do Ouro

	Cocalzinho*	Corumbá	Jaraguá	Goiás	Pirenópolis
Janeiro		Festa de São Sebastião		Folia de Reis	Folia de Santos Reis
Fevereiro	Divino Espírito Santo	Carnaval	Carnaval de Rua	Carnaval de Marchinhas	Carnaval Cultural
Março		Semana Santa	Encenação da Paixão de Cristo	Fogaréu e Semana Santa	Semana Santa
Abril			Campeonato de Gaiola Cross		
Maiο	70 KM de Bike	Festa do Divino Aniversário da Corporação Musical 13 de Maio		Folia do Divino Espírito Santo Festival Gastronômico	Festa do Divino Festival Gastronômico FLIPIRI
Junho		Festas Juninas Encontro de poetas, músicos, escritores e produtores culturais	Cavalhadas Divino Espírito Santo	Festas Juninas FICA	Cavalhadas
Julho	Aniversário da Cidade	Aniversário da Cidade Moto show	Aniversário da Cidade Campeonato de Parapente	Aniversário da Cidade e Festa de Sant'Ana	Festa em Louvor à Santíssima Trindade
Agosto			Romaria de Monte Castelo	Dia do Vizinho (aniversário de Cora Coralina)	FIFAT
Setembro		Cavalhadas		Festa de São Sebastião	FIGO SLOW FILME
Outubro	Cavalgada de Nossa Senhora da Aparecida		Mês do Rosário	Romaria em louvor a Nossa Senhora Aparecida Encontro de Corais Darcília Amorim	Canto da Primavera**
Novembro					
Dezembro		Natal Iluminado		Festa de Santa Luzia Exposição Agropecuária	Natal

OBS: Alguns eventos mudam de ano para ano, especialmente os ligados ao calendário religioso católico.

* As informações de Cocalzinho não constam no Sistur, de modo que seu calendário não está completo.

** O Canto da Primavera é realizado, eventualmente, nos meses de setembro e novembro.

Os principais eventos de cada cidade, apontados pelos secretários de turismo nas entrevistas, foram destacados em vermelho. Entretanto, existem outras festividades – não estão contempladas acima – que podem se encaixar no calendário da Região do Ouro de modo a minimizar a concorrência intermunicipal e a sazonalidade.

No caso de Corumbá seria a Feira dos Poetas, Músicos e Produtores Culturais. Em Goiás, o Encontro de Corais Darcília Amorim e o Festival Gastronômico. E em Pirenópolis, o Festival Gastronômico; o Festival Internacional de Cinema e Alimentação - Slow Filme; o Festival

Internacional de Música de Goiás – FIGO; a FLIPIRI - Festa Literária de Pirenópolis; e o Festival Internacional de Folclore e Artes Tradicionais - FIFAT. Salienta-se o papel da Goiás Turismo e Secult neste caso, já que os eventos são patrocinados por esses órgãos, cabendo a eles um papel ativo na gestão e direcionamento de recursos.

A construção de um calendário em comum entre todas as cidades do Polo vai ao encontro de alguns pontos dos eixos de atuação na política de regionalização do turismo, a saber: 1- apoiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo. 2- realizar estudos para identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos a serem desenvolvidos. 3- formatar, posicionar ou reposicionar produtos turísticos.

O calendário regional e não municipal é essencial para que se crie uma identidade regional de modo a fortalecer a oferta turística em conjunto. Desta forma, ao invés de uma cidade se tornar concorrente da outra, se facilitaria a venda do produto regional pelo país e até no exterior aumentando a demanda turística no Polo.

Deficiências do Polo do Ouro

O PDTIS diagnosticou as principais deficiências que entravam o desenvolvimento econômico do Polo do Ouro. Essas carências se traduzem em demandas a respeito do desenvolvimento econômico, político, institucional e de infraestrutura da região estudada. Portanto, este estudo se limita a levantar os outros pontos que não foram apontados pelo PDTIS e aprofundar o diagnóstico feito, de modo a direcionar algumas ações necessárias para a evolução do Polo. A respeito de possíveis soluções para o desenvolvimento da Região do Ouro, verificar a última seção do presente trabalho.

Por fim, é importante salientar que outros estudos já previram uma série de ações que deveriam ser feitas para melhorar a qualidade turística da região. Entretanto, esses estudos foram pontuais e isolados, de modo que as ações sugeridas foram difusas e várias delas não foram efetivadas. Assim, uma tentativa de solução para este contexto foi o Programa de Aceleração do Investimento (PAI), que pretendeu reunir os pontos fundamentais para superação dos gargalos regionais. Além dos investimentos previstos no PAI, o PDTIS sugere uma série de ações pensadas em acordo com o levantamento realizado pelo estudo, o qual

culminou em um Plano de Trabalho a ser executado. Assim, este trabalho pretende verificar o andamento deste Plano.

Os Conselhos Municipais de Turismo, previstos no Plano Nacional Turismo, são a interlocução apropriada entre o município, a região turística e o Estado. O maior problema constatado de funcionamento destes conselhos é a baixa participação da sociedade civil, fato que foi comprovado nas entrevistas realizadas por este estudo. As prováveis causas dessa baixa participação são a falta de interesse ou o desconhecimento popular sobre a atividade turística. Também se notou nas entrevistas que a dificuldade em materializar medidas discutidas nas reuniões desses conselhos tem gerado um certo desânimo quanto à participação nos mesmos.

Os conselhos Municipais de Turismo se reuniram apenas na Cidade de Goiás e em Pirenópolis no ano de 2012. O Fundo Municipal de Meio Ambiente está presente apenas em Goiás, Pirenópolis e Jaraguá, no entanto nenhum desses fundos havia financiado ações ou projetos nos últimos doze meses.

Em relação à análise das variáveis internas do Polo do Ouro, os pontos fracos identificados pelo PDTIS e pelas nossas entrevistas, além dos que já foram levantados anteriormente, para a região como um todo, foram:

- Os municípios do Polo não são integrados por uma estratégia turística efetiva e sistemática;
- Baixa qualificação dos prestadores de serviços (por exemplo: condutores, guias e comerciantes) para o atendimento turístico;
- Inexpressividade das associações de classe e entidades do setor no turismo;
- Gestores públicos sem qualificação e capacitação profissional para a gestão eficiente do turismo na região;
- Ausência de sinalização turística;
- Terminais rodoviários inexistentes ou precários;
- Baixa oferta de linhas rodoviárias intermunicipais;
- Necessidade de maior manutenção das rodovias e estradas vicinais que interligam os municípios do Polo;
- Carência nos sistemas de gestão dos resíduos sólidos (domésticos, industriais e hospitalares);
- Ausência de infraestrutura turística e de estrutura de gestão (conselho gestor, plano de manejo, etc.) das Unidades de Conservação (UCs);
- Sistema de esgotamento sanitário insuficiente;
- Transporte terrestre insuficiente (de Goiânia e Brasília para o Polo);
- Má ou falta de capacitação de guias;

- Poluição visual e sonora nos centros históricos;
- Falta de informação nos Centros de Atendimento ao Turista (CAT) de cada município sobre os demais municípios do Polo; e
- Poucos locais para convenções e feiras.

Em relação à demanda potencial para os destinos do Polo do Ouro, os principais fatores limitantes são:

- Para acessar os municípios, o turista deve, necessariamente, se deslocar por meio terrestre;
- As agências e as operadoras turísticas não ofertam o produto, fato atribuído à falta de infraestrutura ampla de turismo;
- Dificuldade em se acessar informações oficiais sobre a região, principais atrativos e divulgação oficial dos destinos. Apesar de fazer parte dos materiais promocionais oficiais do Governo Estadual, ainda existe pouca informação adicional às agências e na internet.

Em relação à hotelaria, o maior gargalo encontrado foi nas cidades de Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás, esta se mostra insuficiente para a demanda, principalmente nos períodos de alta temporada. Ver tabela 5, que contém número de leitos. Estes meios de hospedagem se mostram insuficientes para uma maior estruturação do turismo nessas cidades, especialmente na alta temporada em razão do aumento da demanda turística.

Segundo o Plano Estadual e as entrevistas realizadas, entre as deficiências identificadas na região do Polo do Ouro, destacam-se:

- A má conservação de estradas estaduais e federais, com aumento de fluxo já projetado em médio prazo;
- Sinalização rodoviária e turística inadequada;
- Sistemas de coleta e tratamento de esgoto ainda em ampliação;
- Instabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica, que leva a quedas, especialmente nos períodos de alta temporada.

A precariedade da infraestrutura de sistemas de esgotamento sanitário da região do Polo (ver tabela 3) constitui fator de risco para o meio ambiente, conforme avaliação de

representantes de governos locais. Além disso, o investimento nessa área contribuiu de forma substancial para a melhora da qualidade de vida da população local.

A rede de drenagem pluvial não atende todas as áreas urbanas e causa danos à atividade turística. Há necessidade de investimento na adequação do sistema de escoamento das águas. Nos casos de Pirenópolis e Cidade de Goiás, este problema se torna ainda mais grave, pois pode causar danos à estrutura tombada dos centros históricos, como ocorreu no passado recente de Goiás, que são os principais atrativos turísticos de cada uma dessas cidades.

Em relação ao sistema de energia elétrica, o maior problema não é a cobertura, mas a instabilidade do sistema. Em momentos de maior utilização do sistema, quando a cidade está cheia de turistas ou de instabilidade climática, ocorrem muitas quedas repentinas. Esta instabilidade ainda não compromete o produto turístico, porém já apresenta sinais de saturação.

Em todos os municípios do Polo do Ouro foram constatadas deficiências nas estruturas das secretarias de turismo, tanto em relação às estruturas físicas quanto de pessoal, inclusive, sugere-se a leitura no Anexo dessas entrevistas para a identificação de outras deficiências. As secretarias desses municípios carecem de espaços físicos adequados para operações administrativas rotineiras, equipamentos de informática para armazenamento de banco de dados, instalação de *softwares* e emissão de relatórios. Também há falta de equipamentos permanentes, sem funcionários concursados com formação voltada para a área do turismo, ou técnicos em estatística, gestão do meio ambiente e cultura. Apenas em Pirenópolis constatou-se técnicos concursados com formação apropriada. A principal causa deste problema é a falta de recursos orçamentários para as secretarias destes municípios, mesmo naqueles em que há uma secretaria exclusiva para o turismo. Também não há um fundo para o turismo em todos os municípios, o que poderia atenuar este quadro.

O turismo está contemplado em todos os Planos Diretores Municipais, no entanto inexistem leis de incentivos fiscais, com exceção de Pirenópolis que oferece 50% de desconto do IPTU em edificações no centro histórico. As Prefeituras poderiam criar incentivos ao turismo como: redução temporária de ISS para novos empreendimentos turísticos; dedicar um percentual da arrecadação municipal para formar um Fundo de Turismo; redução gradativa do IPTU, conforme o tamanho do empreendimento ou região do centro histórico; e outras ações que poderão surgir segundo as demandas do Conselho Municipal de Turismo, para o financiamento da atividade. O Estado deveria intermediar junto às organizações financeiras de fomento (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, entre outras) linhas de

crédito para a iniciativa privada, destinadas a pequenos e médios empreendimentos com condições semelhantes às concedidas às grandes empresas.

Em Pirenópolis, a atividade mineradora é um fator de poluição que prejudica a qualidade do ar e da água em áreas distantes do perímetro urbano, segundo representantes do governo municipal. De acordo com Faleiro e Lopes (2010), apesar de ser importante gerador de empregos diretos e indiretos e fonte de divisas para o município, a atividade envolve aspectos negativos que devem ser minimizados com mais investimento em gestão ambiental.

No caso da cidade de Jaraguá, a atividade econômica que é importante para o município, mas representa riscos para o meio ambiente, é a indústria têxtil. Neste sentido, há preocupação da administração municipal em intensificar a fiscalização ambiental sobre o despejo de resíduos tóxicos das fábricas de roupas.

Hoje, em Jaraguá, as licenças ambientais são emitidas pela área ambiental do Estado. Este mecanismo, conforme informações dos entrevistados na cidade, torna o processo moroso e complicado para os empreendedores locais. Por isto, a prefeitura designou que o licenciamento seja municipalizado, de forma a tornar o processo mais célere e ter um maior controle do Patrimônio Ambiental do Município.

POLÍTICAS E AÇÕES PÚBLICAS NO POLO DO OURO

Nesta seção apresentam-se os gastos realizados pelas três esferas governamentais a partir de duas áreas em que o estudo tem se focado, a cultura e o turismo. Porém nem todos os entes, como se verá no decorrer do trabalho, possuem esta distinção bem clara, podendo um ser subfunção do outro.

Para entender o contexto atual do turismo no Polo do Ouro, sua infraestrutura, oferta de serviços públicos, e até a situação institucional, é fundamental entender os gastos financeiros na área por parte do Estado, nas três esferas: federal, estadual e municipal. Na maior parte dos casos, os investimentos privados, que refletem o desenvolvimento econômico da região analisada, acabam andando lado a lado com os gastos públicos, já que um demanda o outro.

Por isso o esforço desse estudo: analisar as despesas públicas na região. Ademais, a tentativa inédita de colocar o foco nas finanças públicas pode dar subsídios aos governantes locais e estaduais, de modo a levar a um direcionamento e tornar os gastos mais eficientes.

Gastos federais

Os gastos federais diretamente aplicados entre 2010 e 2013, advindos da Execução Orçamentária¹⁰ nas áreas de turismo e cultura, nos municípios do Polo do Ouro se limitaram a R\$ 195 mil em Pirenópolis no ano de 2010, executados pelo Ministério do Turismo, provindos de uma emenda parlamentar. Vale ressaltar que aqui estão excluídos os gastos do IPHAN e dos Pontos de Cultura. As despesas com Transporte e Meio Ambiente não apareceram na lista dos municípios analisados. Apesar disso, sabe-se da recuperação de algumas BRs nessas localidades, que acabam, mesmo que indiretamente, melhorando a oferta dos serviços turísticos.

Em relação às emendas parlamentares, a maior parte delas esteve ligada a outras áreas como saúde e educação, portanto, fora do escopo do trabalho. E as emendas aplicadas no resto do Estado de Goiás não se destinaram aos municípios do Polo, mas foram para municípios como Goiânia, Caldas Novas, Formosa, Alto Paraíso, entre outros. Como

¹⁰ Levantados no SIGA Brasil, Sistema de informações orçamentárias que reúne diversas bases de dados (SIAFI, SIOP, SELOR, etc.).

mencionado, a única exceção foi a Ação acima, Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, do Ministério do Turismo.

As emendas são uma forma alternativa de se levantar verbas para sanar as carências da região. É sabido que os deputados priorizam as áreas sociais. Entretanto, ao acreditar que o investimento no turismo/cultura pode atrair visitantes e que isso gera renda e emprego, os governantes locais devem lutar por maiores aportes advindos de emendas nessas áreas, e não apenas na social, de modo a dinamizar a economia local, e indiretamente, melhorar os indicadores socioeconômicos.

Gastos estaduais

Abaixo apresentam-se as despesas na função Cultura, as quais eram administradas pela então Secretaria de Cultura (Secult) – extinta na reforma administrativa do final de 2014 e cuja estrutura hoje faz parte da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – e dentro da função Comércio e Serviços, a subfunção Turismo, gerida pela Goiás Turismo. Os dados se referem aos valores liquidados e foram extraídos do Business Object em 25.03.14, sistema que armazena as despesas financeiras e orçamentárias do Governo do Estado de Goiás, portanto, os gastos se referem a todo o Estado. Posteriormente, foca-se nos municípios deste estudo, especificando as despesas locais.

É importante ressaltar que outros dispêndios, como por exemplo, em rodovias e aeroportos, na área de transporte, são de suma importância para influenciar positivamente as atividades turísticas. Entretanto, limita-se à análise breve desses outros gastos e foca-se nos tipos das despesas supracitadas. Ademais, as despesas de turismo e cultura que estão alocadas em órgãos não específicos, como a Secretaria de Gestão e Planejamento -Segplan, por exemplo, são tratadas mais adiante.

Na Função Cultura, as despesas se mantiveram relativamente constantes entre 2007 e 2011, entretanto, em 2012 os gastos com a Administração Geral, mais especificamente, com o Programa de Apoio Administrativo, zeraram, de modo a reduzir pela metade as despesas com a função Cultura. Essa variação aconteceu devido a mudanças administrativas, pois a Secult, antes de ser uma Secretaria era uma Agência.

A principal subfunção ligada à área de cultura é a Difusão Cultural. Embora a subfunção Difusão Cultural tenha apresentado uma queda em 2011, esta passou por um crescimento substancial entre 2010 e 2013, saindo dos R\$ 7,8 milhões para R\$ 11,4 milhões, em valores nominais. Ambos os programas de “Apoio e Promoção à Cultura Goiana” e o “Programa de Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana” chamam atenção pelo alto valor investido. Eles têm o mesmo objetivo, sendo um apenas uma renomeação do outro, devido à reestruturação da Secult em 2011/2012. Aqui fica bastante clara a mudança na classificação de despesas entre os anos, pois o que antes pertencia ao Programa de Apoio e Promoção à Cultura Goiana, ação Consolidação do Fica, passou a integrar o Programa de Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana, com a ação Consolidação do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental – Fica. Vale chamar atenção que a este Festival foi mantido o mesmo valor entre os anos, na casa dos R\$ 4 milhões, e é uma das principais ações específicas voltadas para os municípios do Pólo do Ouro.

O Programa Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, que tinha relevante parcela de recursos até 2011, teve o seu valor diminuído a partir de 2012. Outras ações, como a Construção, Reforma e Adequações de Espaços Culturais surgiram, mas o valor não chega nem perto dos R\$ 2,5 milhões despendidos em ano anterior, ainda mais quando se leva em conta que os valores da subfunção “Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico” perdeu recursos ano a ano.

Todos esses fatores mostram a priorização de ações do governo estadual voltadas para a promoção da cultura. Por outro lado, perde espaço a atenção que era dada ao patrimônio histórico e cultural, fundamental para a promoção do turismo, e conseqüentemente, visita de turistas nas cidades que possuem esse patrimônio. Uma possível explicação para essa queda está ligada ao aumento dos gastos federais com este objetivo, por meio do IPHAN, o qual executa diversas obras nos municípios de Goiás e Pirenópolis, principalmente – ver seção sobre entrevistas.

CULTURA (Subfunção, Programa e Ação)	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Administração Geral	11.527.319	12.378.968			23.906.287
Programa De Apoio Administrativo	11.527.319	12.378.968			23.906.287
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	4.403.570	6.890.120	2.462.002	1.958.058	15.713.750
Programa De Construção, Ampliação, Reforma E Gerência De Próprios Públicos		4.894.453			4.894.453
Programa Preservação Do Patrimônio Histórico E Artístico	4.403.570	1.995.667	2.462.002	1.958.058	10.819.298
Difusão Cultural	7.801.308	5.853.997	9.554.310	11.459.229	34.668.845
Programa De Apoio E Promoção à Cultura Goiana	7.801.308	5.853.997			13.655.306
Consolidação Do Fica	4.001.000	4.001.180			8.002.180
Construções, Reformas E Instalações De Centros Culturais	799.405				799.405
Incentivo A Arte Audiovisual	406.681	450			407.131
Incentivo As Artes Integradas	1.050.785	70.019			1.120.804
Incentivo As Artes Visuais	19.935	1.636			21.571
Promoção A Leitura E A Literatura	160.614	3.002			163.616
Promoção Da Música Goiana	803.890	1.186.775			1.990.665
Promoção Das Artes Cênicas	559.000	590.935			1.149.935
Programa De Apoio, Promoção E Fortalecimento Da Cultura Goiana			9.196.075	10.618.388	19.814.464
Apoio A Leitura E À Literatura			20.562	41.421	61.983
Apoio Às Artes Visuais			39.687	6.298	45.985
Apoio E Promoção Da Música No Estado De Goiás			1.646.130	4.692.197	6.338.327
Apoio E Promoção Das Artes Cênicas			1.014.669	958.547	1.973.216
Consolidação Do Festival Internacional De Cinema E Vídeo Ambiental - Fica			4.003.554	4.005.400	8.008.954
Construção, Reforma E Adequações De Espaços Culturais			391.684		391.684
Incentivo A Arte Audiovisual			682.860	334.367	1.017.227
Incentivo Às Artes Integradas			1.385.170	437.683	1.822.853
Promoção Da Economia Criativa			11.760	142.476	154.236
Programa De Desenvolvimento Da Região Metropolitana De Goiânia			246.245		246.245
Apoio Às Atividades Culturais			246.245		246.245
Programa De Preservação Do Patrimônio Histórico E Artístico			44.950		44.950
Reforma/Restauração/Construção/Instalação De Imóveis E Centros Culturais			44.950		44.950
Programa Fomento À Cultura Do Centro Cultural Oscar Niemeyer			67.040	839.807	906.847
Implantação Da Biblioteca Do Centro Cultural Oscar Niemeyer				-	-
Implantação E Manutenção Do Salão Nacional De Artes				30.300	30.300
Incentivo À Formação Artística E Cultural				65.942	65.942
Promoção De Eventos			67.040	743.565	810.605
Total	23.732.197	25.123.085	12.016.312	13.417.288	74.288.883

Valores de saldos liquidados nas funções listadas
Posição em: 25/03/2014 - todas as fontes
Fonte: Business Object

COMÉRCIO E SERVIÇOS (Subfunção, Programa e Ação)	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Turismo	12.606.742	15.084.577	30.190.827	55.684.278	113.566.425
Programa De Desenvolvimento Integrado Do Nordeste Goiano			55.800		55.800
Desenvolvimento Dos Destinos Turísticos			55.800		55.800
Polo De Desenvolvimento Turístico-Histórico Do Eixo Brasília/Corumbá/Pirenópolis/Jaraguá/Goiás			97.500	3.965.619	4.063.119
Apoio À Cidade De Goiás (Estradas, Sinalização, Lago, Outros)				3.680.841	3.680.841
Construção Do Terminal Turístico Da Cachoeira Grande - Cidade De Goiás			97.500	111.033	208.533
Implantação De Infraestrutura Turística Na Colônia De Uvá				173.744	173.744
Programa Mostra Goiás	6.608.787	10.114.340	22.329.926	37.865.319	76.918.371
Apoio A Atração De Eventos			1.002.646	168.994	1.171.639
Apoio A Eventos			8.698.426	37.595.965	46.294.392
Apoio Aos Municípios E A Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos			12.377.411		12.377.411
Desenvolvimento Dos Destinos Turísticos	2.994.129	9.429.876		21.448	12.445.454
Implantação De Estudos E Pesquisas Turísticas			200.539	65.496	266.035
Implantação De Infra-Estrutura Turística	3.603.274	638.969			4.242.244
Implantação De Instituição De Pesquisa E Estudos Turísticos	11.372	19.110			30.483
Regularização E Cadastramento De Serviços Turísticos			50.904	13.415	64.318
Regularização E Cadastramento Dos Serviços Turísticos No Estado De Goiás	11	26.384			26.395
Programa De Infraestrutura De Turismo			1.375.479	7.260.727	8.636.206
Desenvolvimento Dos Destinos Turísticos			204.600		204.600
Implantação De Infraestrutura Turística			1.170.879	7.260.727	8.431.606
Programa Apoio Administrativo	5.997.956	4.970.237	6.332.122	6.592.614	23.892.929
Apoio Administrativo	5.997.956	4.970.237	6.332.122	6.592.614	23.892.929
Total	12.606.742	15.084.577	30.190.827	55.684.278	113.566.425

Valores de saldos liquidados nas funções listadas

Posição em: 25/03/2014 - todas as fontes

Fonte: Business Object

Na subfunção Turismo é visível o crescimento das despesas na atual década. Elas mais do que quadruplicaram entre 2010 e 2013. Chama atenção o Programa Mostra Goiás, que estava no patamar de R\$ 6 milhões e atingiu a cifra de R\$ 37 milhões no ano de 2013. A principal causa desse incremento foram as ações Apoio a Atração de Eventos e Apoio a Eventos, que diz respeito a convênios ou repasses feitos a municípios para o custeio de eventos.

O Programa de Infraestrutura de Turismo também teve substancial aumento nos recursos, saindo dos R\$ 1,3 milhão em 2012 para R\$ 7,2 milhões no ano seguinte. Neste caso, o incremento se refere basicamente à construção da Vila Cultural, em Goiânia. Vale ressaltar que essa é uma das principais carências da área, sendo o direcionamento de gastos um dos fatores que demonstram a importância das necessidades reais do Estado.

A ação “Implantação de Estudos e Pesquisas Turísticas” é fundamental para mapear as visitas, perfil do turista e entender a demanda turística dos eventos (maioria das pesquisas é feita nessa época). Apesar da necessidade crescente nessa área, inclusive seu apontamento no PDTIS, vê-se que a destinação de recursos caiu substancialmente entre 2012 e 2013. A realização de pesquisas turísticas se torna ainda mais importante quando o foco das pesquisas são os municípios mais carentes do Polo do Ouro. Neste sentido, nota-se que poderia haver maior iniciativa das prefeituras em solicitar junto à Goiás Turismo a realização de pesquisas.

Uma parte importante dos gastos na área é proveniente das “Emendas estaduais”, na realidade uma ação parlamentar dos deputados estaduais, que levam muitos shows para municípios. Entretanto essa informação não pode ser aprofundada devido à não disponibilização dos dados financeiros, principalmente por parte da Assembléia Legislativa Estadual¹¹. A prioridade dos investimentos em turismo ser em eventos e shows é objeto de críticas tanto pelos atores municipais quanto por servidores da Goiás Turismo. Ambos consideram que o grande montante de recursos destinados a shows poderia trazer melhores resultados para o turismo e a população local se investidos também em outras áreas ou de forma a atender as novas demandas dos municípios.

Para pormenorizar as despesas realizadas no Pólo do Ouro, foram levantadas as informações sobre os gastos realizados diretamente nos seus municípios. Abaixo segue um quadro com a lista de todos os empenhos realizados nos municípios que compõem o Polo entre os anos de 2011 e 2013 e sua situação.

¹¹ Estas informações foram pesquisadas no site da entidade em 03/07/2014, mas não foram encontradas. Mesmo que estejam disponíveis, o fácil acesso é fundamental para garantir a real transparência.

Tabela 10: Gastos das principais ações na área de turismo e cultura por município, produto, órgão e ano.

Município	Ano	Órgão responsável	Produto	Valor liquidado		
Cocalzinho	2013	GOIÁS TURISMO	Evento Cultural Apoiado	413.750,00		
Corumbá		GOIÁS TURISMO	Evento Cultural Apoiado	185.000,00		
Goiás		AGDR		Centro Comunitário e Memorial à Cultura Alemã	173.303,90	
				Construído na Colônia do Uvã		
				Estação Gastronômica Construída	10.410,17	
				Parque Lago das Acácias Construído	1.823.398,36	
		GOIÁS TURISMO		Terminal Turístico de Balneário Cachoeira Grande	110.179,06	
				Evento Cultural Apoiado	396.000,00	
				SECRETARIA DA CASA CIVIL	Apresentação da Orquestra Filarmônica de Goiás	0
SECULT			Evento de Promoção do Patrimônio	7.506,70		
			Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental	4.004.440,00		
SEGPLAN			Imóvel Cultural Conservado e Preservado	731.854,25		
			Desapropriação da Área do Lago das Acácias	659.000,00		
Jaraguá				Desapropriação da Área do Terminal Turístico	2.218.000,00	
	Balneário Cachoeira Grande					
Jaraguá		GOIÁS TURISMO	Evento Cultural Apoiado	150.000,00		
Pirenópolis			Evento Cultural Apoiado	400.089,37		
			SECULT	Evento Musical Realizado	1.804.346,64	
Cocalzinho	2012	SECRETARIA DA CULTURA	Entidade Cultural Beneficiada Com Repasse Financeiro	60.000,00		
Goiás		AGDR		Centro Comunitário e Memorial à Cultura Alemã	14.600,00	
				Construído na Colônia do Uvã		
				Parque Lago das Acácias Construído	52.300,00	
				Terminal Turístico de Balneário Cachoeira Grande	97.500,00	
GOIÁS TURISMO				Evento Cultural Apoiado	198.050,00	
				Evento de Turismo Religioso Apoiado	25.000,00	
				Acervo Cultural Tombado Preservado	512.870,00	
SECULT				Entidade Cultural Beneficiada Com Repasse Financeiro	120.000,00	
				Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental	4.001.672,71	
				Imóvel Cultural Conservado e Preservado	356.772,12	
Pirenópolis				Evento Cultural Apoiado	351.621,98	
				SECRETARIA DA CULTURA	Entidade Cultural Beneficiada Com Repasse Financeiro	60.000,00
				Espaço Cultural Construído	342.286,44	
Goiás	2011	SECULT	Evento Musical Realizado	1.448.717,13		
			Repasse Para Restauração e Reforma de Imóveis - Programa Monumenta da Cidade de Goiás	406.627,09		
			Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental	4.001.180,00		
			Restauração e Paisagismo do Beira Rio	793.562,78		
Total				2013	13.087.278,45	
				2012	7.641.390,38	
				2011	5.201.369,87	
				2011 - 2013	25.930.038,70	

Fonte: SEGPLAN – Gerência de Planejamento (consultado em abril de 2014).

O quadro acima revela que houve mais de R\$ 25 milhões aplicados diretamente nos municípios do Pólo do Ouro, entre os anos de 2011 e 2013. Os valores aplicados cresceram a cada ano e atingiram a cifra de R\$ 13 milhões em 2013. Desse valor, R\$ 17 milhões, ou 67% foram gastos apenas com eventos.

No que se refere aos eventos apoiados, os gastos são executados pela prefeitura ou associações, e aplicados via convênio. Já os eventos realizados são feitos diretamente pela Goiás Turismo ou Secult.

Em relação aos gastos da Secretaria Estadual de Cultura - Secult, os altos gastos com eventos ocorrem, principalmente, para promover os dois grandes festivais de cultura do interior do Estado, o FICA, na Cidade de Goiás, e o Canto da Primavera em Pirenópolis.

O FICA demanda gastos anuais de R\$ 4 milhões para organização e promoção do evento. As pequenas quantias que superam este valor são, usualmente, gastos com diárias de convidados ou funcionários no decorrer do evento. Cabe ressaltar que o evento é promovido por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que recebe repasse para realizar o evento.

O Festival Canto da Primavera utilizou recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão para o ano de 2012 e a mesma quantia para o ano de 2013. Assim como no FICA, o custo total supera um pouco esta cifra devido ao pagamento de diárias para os colaboradores do evento.

Em 2013, foi criado o Festival Internacional de Música em Goiás – FIGO. Este festival consiste em dois dias de shows na cidade de Goiânia e mais dois dias de shows na cidade de Pirenópolis. O FIGO demanda recursos da ordem de R\$ 1 milhão. No entanto, este montante se divide entre as cidades de Goiânia e Pirenópolis e não necessariamente se divide em partes iguais entre as duas cidades de modo que não é possível analisar quanto exatamente é investido apenas na cidade de Pirenópolis. Apenas estes três festivais totalizam mais de 50% do orçamento de 2013 no Polo do Ouro.

Outra parte dos gastos é transitória e se dá de acordo com a necessidade, e até calamidade pública. É o caso da Cidade de Goiás, que sofreu com enchentes nos anos de 2001 e 2011. Elas danificaram as margens do Rio Vermelho, propriedades particulares nas proximidades do rio, além de patrimônios históricos como a Cruz do Anhanguera e a Casa de Cora Coralina. Com o objetivo de restaurar todos esses patrimônios danificados foi criado o Programa Monumenta da Cidade de Goiás.

O Programa Monumenta é constituído pelo Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNPATRI) para ser disponibilizado para reforma e preservação do patrimônio que compõe o centro histórico, tombado pela UNESCO como patrimônio histórico e cultural da humanidade, da Cidade de Goiás. No ano de 2012, foi repassado pela antiga Secult o valor de R\$ 512 mil para a constituição de tal fundo. Este valor foi expressivo em 2012, pois se refere a um valor acumulado de vários anos em que o governo do Estado não havia repassado ao fundo.

Além do fundo, o Programa Monumenta faz parte de um convênio da Secult com o Ministério da Cultura para criar linhas de crédito aos proprietários particulares de imóveis às margens do Rio Vermelho. Este convênio funciona da seguinte forma: o recurso do Ministério da Cultura é repassado para uma conta da Secult na Caixa Econômica Federal na Cidade de Goiás. Este valor é emprestado em condições mais acessíveis aos proprietários de imóveis às margens do Rio Vermelho para a restauração e preservação dos mesmos.

No ano de 2011, ocorreu o repasse de R\$ 406 mil para restauração e reforma de imóveis pelo Programa Monumenta da Cidade de Goiás. Em 2012, este valor foi de R\$ 356 mil e em 2013 de R\$ 731 mil. O valor no ano de 2011 também foi utilizado pelo governo do Estado para a restauração e o paisagismo de áreas e imóveis públicos às margens do Rio Vermelho para a recuperação dos danos causados pela enchente.

Ainda com relação às reformas de imóveis cabe ressaltar no ano de 2012 o valor de R\$342 mil utilizado para a construção do Cavalhódromo, em Pirenópolis. O Cavalhódromo é um espaço feito para a realização de uma das principais manifestações histórico-culturais da cidade, as Cavalhadas, evento este que tem suas origens no século XVIII e atrai grande quantidade de turistas à cidade além de ser um dos símbolos da cultura pirenopolina.

No ano de 2012, é importante ressaltar os investimentos em Pontos de Cultura através do convênio Cultura Viva. Pontos de Cultura são organizações locais que objetivam fortalecer e preservar manifestações culturais e históricas locais. Os Pontos de Cultura podem atuar nas mais diversas áreas como música, teatro, dança, desenho, atividades circenses, entre outros.

Na Cidade de Goiás foram beneficiados dois pontos de cultura. Um ponto de cultura em Pirenópolis e um ponto de cultura em Cocalzinho de Goiás. Cada ponto de cultura recebe R\$ 60 mil por convênio estabelecido. Do total de recursos do programa, um terço é oriundo dos cofres da Secretaria Estadual de Cultura e os outros dois terços do Ministério da Cultura, gasto federal. Nota-se que, entre os anos de 2011 e 2013, o único investimento da Secult no Polo do Ouro fora das cidades de Goiás e Pirenópolis foi para este Ponto de Cultura de Cocalzinho de Goiás.

Quanto aos gastos referentes à Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo), os recursos tanto em 2012 como em 2013 foram classificados como para Evento Cultural Apoiado, apenas em 2012 na Cidade de Goiás houve uma verba classificada para Evento de Turismo Religioso Apoiado.

Em 2012, foram alocados R\$ 223 mil em Goiás e R\$ 351 mil em Pirenópolis, totalizando R\$ 574 mil, enquanto as demais cidades foco deste estudo, não obtiveram recursos. Em 2013, houve um acréscimo nos recursos destinados aos municípios do pólo do ouro, sendo contemplados os municípios de Corumbá, Cidade de Goiás, Jaraguá e Pirenópolis respectivamente com R\$ 185 mil; R\$ 396 mil; R\$ 150 mil e R\$ 400 mil, totalizando R\$ 1.544 mil de recursos alocados pela Goiás Turismo nestes municípios. Isto representa um acréscimo de 168,82% em relação ao ano anterior.

De acordo com a Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo), a partir do cronograma mensal de desembolso financeiro (CMDFs), houve apenas gastos com shows e festivais, compostos por contratação de organização, cantores, equipamentos e outras ações ligadas aos festejos. A partir dos CMDFs nota-se que em 2013, 48,27% dos recursos que constavam no cronograma mensal originavam-se de emendas parlamentares. Saliente-se que os CMDFs são fonte de informação diferente da tabela acima, portanto podendo haver alguma divergência de valores.

Quanto ao destino dos recursos em 2012, de acordo com os CMDFs, na Cidade de Goiás destinaram-se para o *Réveillon*, comemoração de 10 anos do título de Patrimônio Mundial da Cidade de Goiás, Projeto Fica Limpo, iluminação de natal e o Carnaval de 2012; em Corumbá foram destinados para a 49ª Cavalhada; em Pirenópolis o destino dos recursos foi o Carnaval 2012 e o VII Festival Gastronômico de Pirenópolis.

Quanto ao destino dos recursos em 2013, de acordo com as CMDFs, na Cidade de Goiás destinaram-se para o Carnaval 2013, Comemoração ao Dia Internacional da Mulher; em Cocalzinho de Goiás foi para o Aniversário da Cidade; em Corumbá foram destinados para o Carnaval 2013 e o Aniversário da Cidade e em Pirenópolis, para o VII e VIII Festival Gastronômico e Cultural de Pirenópolis.

Apesar de algumas ações terem sido excluídas, algumas delas contribuem diretamente para o melhoramento da oferta turística. Entretanto, como não implicam em gastos diretos ou não são programados, apenas foram listados abaixo alguns exemplos que ilustram essa situação.

- Rede elétrica implantada/estendida
- Combate a incêndio em vegetação realizado
- Combate a incêndio urbano realizado
- Plano de zoneamento ecológico local e regional implantado
- Fiscalização ambiental realizada
- Cidade de Goiás / Araguapaz - reconstrução de rodovia (grupo i)
- Pavimentação asfáltica urbana

Além disso, existem alguns trabalhos realizados que apesar de não serem obras, fazem parte da rotina de atividades ligadas ao turismo ou que servem para a manutenção, conforme o quadro abaixo.

Tabela 11: Gastos das demais ações na área de turismo e cultura por município, produto, órgão e ano.

Município	Ano	Órgão responsável	Produto	Valor liquidado
Corumbá	2013	SIC	Sítio Geoturístico - Guias e Roteiros	0
		SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Terminal Rodoviário Mantido	1.590,85
Pirenópolis		GOIÁS TURISMO	Destino Turístico Promovido	0
			Inventário Turístico Realizado	0
			Perfil do Turista Identificado	0
			Taxa de Ocupação Hoteleira dos Municípios Turísticos Dimensionada	0
Jaraguá		SECULT	Acervo Cultural Tombado Preservado	14.195,00
		AGETOP	Aeroporto Adequado	89.017,68
Jaraguá		SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Aeródromo Administrado/Mantido	98.892,33
		AGETOP	Aeroporto Mantido	121.940,76
Goiás		GOIÁS TURISMO	Aeródromo Administrado/Mantido	5.543,66
			Terminal Rodoviário Mantido	1.318,04
	Destino Turístico Promovido		0,00	
	Perfil do Turista Identificado		0	
Goiás	GOIÁS TURISMO	Serviço Turístico Cadastrado	61,32	
		Serviço Turístico Regularizado	14,14	
		Taxa de Ocupação Hoteleira dos Municípios Turísticos Dimensionada	0	
		SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	Aeródromo Administrado/Mantido	97.736,41
Corumbá	2012	GOIÁS TURISMO	Inventário Turístico Realizado	1.439,28
Goiás		GOIÁS TURISMO	Inventário Turístico Realizado	1.439,28
			Perfil Do Turista Identificado	9.530,52
Jaraguá		AGETOP	Aeroporto Mantido	50.205,32
		GOIÁS TURISMO	Inventário Turístico Realizado	1.439,28
			Serviço Turístico Cadastrado	316,24
Pirenópolis		Serviço Turístico Regularizado	21,26	
		AGETOP	Aeroporto Mantido	50.205,29
Pirenópolis	GOIÁS TURISMO	Inventário Turístico Realizado	1.439,28	
		Perfil do Turista Identificado	9.530,52	
Total	2013		430.310,19	
	2012		124.126,99	

Fonte: SEGPLAN – Gerência de Planejamento (consultado em abril de 2014).

Assim, na próxima seção este trabalho faz uma avaliação com os governantes locais a respeito das realizações do governo do Estado, assim como as da própria esfera municipal, na busca de entender sua eficácia, interação e se estas estão impactando de fato as atividades turísticas. A pesquisa é feita por meio de entrevista pessoal, com perguntas objetivas e qualitativas. Desse modo, após uma esquematização das respostas, faz-se um cruzamento com as estatísticas socioeconômicas já existentes, visando apresentar um quadro geral e como o poder público pode evoluir e melhorar suas ações sociais.

Gastos municipais

Abaixo apresentam-se os gastos declarados pelo ente municipal no Finbra - Finanças do Brasil. Esses dados se referem à execução orçamentária dos municípios brasileiros para os anos de 2011 e 2012¹². Assim, foram consideradas as funções Cultura e Turismo, e nas outras duas principais funções que estão ligadas às atividades turísticas: Transporte e Gestão Ambiental. Outros gastos poderiam estar associados ao turismo, entretanto, não puderam ser discriminados, de modo que a análise abaixo se limitou a essas áreas.

Como pode ser visto na tabela abaixo, as despesas nominais nessas áreas caíram 33% entre os dois períodos, isto é, foram de R\$ 11,5 milhões para R\$ 7,7 milhões. Apenas as funções Turismo e Gestão Ambiental tiveram um incremento nos gastos.

Tabela 12: Gastos municipais por área

2011

Município	Cultura	Turismo	Transporte	Gestão Ambiental	Total
Cocalzinho de Goiás	43.040,22	73.528,20	269.351,84	0,00	385.920,26
Corumbá de Goiás	2.505.753,52	193.554,52	0,00	82.988,19	2.782.296,23
Goiás	64.424,18	6.788,04	2.839.569,72	137.929,95	3.048.711,89
Jaraguá	253.704,22	41.577,00	1.803.633,18	93.172,25	2.192.086,65
Pirenópolis	1.913.772,30	0,00	1.161.340,35	77.320,13	3.152.432,78
Total	4.780.694,44	315.447,76	6.073.895,09	391.410,52	11.561.447,81

¹²Aos municípios compete preencher o mencionado formulário com os dados extraídos dos seus balanços. Portanto, vale ressaltar que existe uma divergência entre os respondentes quanto à tipificação da despesa. E muitas vezes ela não é preenchida e tem seu valor zerado, como é o caso da Gestão Ambiental em Cocalzinho de Goiás em 2011.

Tabela 12: Gastos municipais por área - continuação

2012

Município	Cultura	Turismo	Transporte	Gestão Ambiental	Total
Cocalzinho de Goiás	7.500,00	0,00	263.762,26	0,00	271.262,26
Corumbá de Goiás	453.829,01	56.646,75	830.401,82	83.540,90	1.424.418,48
Goiás	45.663,16	0,00	326.426,89	120.599,74	492.689,79
Jaraguá	85.666,49	10.853,88	2.233.511,22	176.043,62	2.506.075,21
Pirenópolis	1.610.009,26	518.420,71	710.514,91	218.330,48	3.057.275,36
Total	2.202.667,92	585.921,34	4.364.617,10	598.514,74	7.751.721,10
Varição 11-12	-53,9%	85,7%	-28,1%	52,9%	-33,0%

Fonte: Finbra

Entre estes municípios, apenas Jaraguá conseguiu aumentar os dispêndios nas funções analisadas. Goiás foi o município com a maior queda percentual, com as despesas nominais caindo quase a um sexto do valor do ano anterior. Outro caso curioso é Corumbá, onde os gastos se reduziram quase à metade entre os dois anos.

Conforme pode ser visto na tabela acima, a maior parte do montante aplicado nos municípios do Polo do Ouro vai para a função Transporte. Nos dois anos analisados, o valor chegou a representar mais do que o total agregado das outras 3 funções. Diferentemente do que se verifica nas outras esferas, proporcionalmente, os gastos com as funções Gestão Ambiental e Turismo se encontram no mesmo patamar e os gastos com Cultura ultrapassam essas duas funções conjuntamente. Nesse caso, Corumbá e Pirenópolis investiram valores significativos nessa função.

Como se vê, o esforço financeiro de alguns municípios é mínimo¹³ no que diz respeito ao seu desenvolvimento turístico. Isto pode ser observado pelo montante despendido na área, em referência aos demais gastos. O mesmo pode ser concluído em relação à preservação do meio ambiente no caso de Cocalzinho de Goiás, já que o município tem uma área considerável do Parque Estadual dos Pirineus, abriga o Rio Corumbá e não investe na área ambiental.

¹³ A menos que exista erro no preenchimento do relatório de despesas.

SOLUÇÕES E PROPOSTAS

Esta seção é uma tentativa de propor soluções baseadas nos diagnósticos do PDTIS que continuam atuais sendo que em alguns casos as situações estão ainda mais precárias com o agravamento dos problemas que estavam por acontecer ou pioraram no período recente. Assim, foi enfatizada a seção 5.3 do PDTIS (Seleção e Priorização das Ações, págs. 281-285) como ações iniciais a serem executadas.

Além disso, esta é baseada, principalmente, nos relatos dos agentes que trabalham cotidianamente com o turismo e sabem melhor que todos das principais carências e possíveis soluções para uma projeção para o desenvolvimento regional do Polo. Assim, a partir desta lista, os agentes da área de turismo podem pensar em projetos para executar as ações prioritárias para o desenvolvimento do Polo ou do próprio município.

Vale ressaltar que o Governo do Estado, como ponto em comum aos municípios, deve ter um papel ativo no sentido de estimular e organizar a associação dos municípios do Polo do Ouro. Portanto, é dever da Goiás Turismo, da área de Cultura do governo, IMB e outros órgãos, promover e auxiliar estas iniciativas.

1. Política e tabela de preços: de modo que haja discriminação de preços entre habitantes locais, turistas nacionais e internacionais; e tarifas diferenciadas entre as diferentes altas (feriados, férias, eventos) e as diferentes baixas (meio de semana, período de chuvas, etc.)
2. Calendário festivo para o Estado ou região feito pela Goiás Turismo em conjunto com o governo municipal. Um calendário integrado e bem planejado, feito no início do ano, com presença do poder estadual, municipal, e até federal, junto com o empresariado e a sociedade civil, evitaria a concorrência entre os municípios da região, assim como criaria uma identidade da região. (Ver calendário na seção Desenvolvimento do Turismo no Polo no Ouro).
3. Estruturação dos parques estaduais (do Pirineus e Serra Dourada) e das áreas identificadas com potencial de atração turística (acesso, acessibilidade, sinalização, iluminação, dotação de equipamentos de recepção e serviços ao turista, desenvolvimento de trilhas ecológicas, etc.), além de definir e dar capacitação para os guarda-parques. De forma que os parques se tornem indutores para o turismo da região e não apenas limitadores, devido às suas restrições de uso para preservação ambiental.
4. Consórcios para fortalecer municípios mais fracos, além de compartilhar custos, especialmente com pessoal, sendo uma das principais carências da região a mão de obra qualificada.
5. Contratação de servidores efetivos para a área de turismo e cultura, de modo que as mudanças de governo não afetem o conhecimento e experiências acumuladas.

6. Planejar a utilização de automóvel nos centros históricos tencionando a desobstrução por meio de proibição de estacionamento ou cobrança de tarifas. Um ator importante nesta implementação pode ser a contratação de fiscais de postura.
7. Planejar roteiros entre as cidades históricas de forma a manter o turista por um tempo maior na região e com conhecimento de um número maior de cidades.
8. Sistema de gestão para reservas, limites de visitas, tarifários, entre outros fatores, aos moldes de Bonito (MS), exemplo de turismo organizado, fiscalizado pela prefeitura, e logo, lucrativo com as taxas cobradas para manutenção. O sistema permite uma melhor fiscalização da prefeitura, cobrança de tarifas padronizadas e estabelecimento efetivo de lotação máxima dos atrativos. Neste caso, a proposta vale, principalmente, para o município de Pirenópolis, que se encontra mais desenvolvido e estruturado para se adaptar a uma mudança neste sentido.
9. Conclusão da BR-070, que integrará o Polo do Ouro, fazendo ligação direta entre os principais municípios da Região: Pirenópolis e Goiás. Ademais, a distância é uma das principais desvantagens para a visita dos brasilienses a Goiás.
10. Investimentos na promoção e divulgação do destino no mercado nacional e internacional.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, elaborado pela SUDECO, propõe algumas políticas e ações públicas para o desenvolvimento econômico da macrorregião e superação dos seus gargalos¹⁴. Apesar de não estarem diretamente ligadas ao turismo, as mudanças sugeridas influenciam a oferta turística da região. Inclusive, os Planos Municipais de Turismo (de Corumbá e Pirenópolis) relatam vários pontos relativos a potencialidades e fraquezas mencionadas por este estudo.

É fundamental que o planejamento do orçamento estadual seja feito em diálogo mais intenso com os municípios¹⁵. Desse modo, deve haver uma integração entre as ações desejadas e os instrumentos jurídicos voltados para os gastos com o turismo, como o PPA, LDO, entre outros, incorporando sugestões feitas pelos entes municipais, ou melhor, executores das políticas em nível local. De outro modo, espera-se territorializar a LDO e o PPA estadual articulando-os com as LDO e os PPAs municipais.

¹⁴ Sugere-se a leitura das páginas 91, 95, 132, 142, 175, 180 e 185.

¹⁵ É importante salientar que na elaboração do PPA fazem-se consultas aos municípios e setores organizados da sociedade por meio de Audiências Públicas.

Os eventos, ao mesmo tempo em que são importantes para a atração de grande número de turistas para a região e foram importantes para a consolidação do turismo em algumas cidades, também são alvo de críticas. Grande parte desses eventos é decorrente de emendas parlamentares que destinam verba específica para a realização dos mesmos, muitas vezes em discordância com os interesses dos atores locais assim como da Goiás Turismo e área cultura do governo. Esta forma de realização de eventos dificulta a própria realização dos mesmos, pois muitas vezes a verba destinada é liberada sem que haja tempo hábil para o planejamento, promoção e divulgação de determinado evento. Dito isto, sugere-se maior transparência e planejamento das emendas parlamentares e que estas estejam em maior consonância com os atores locais responsáveis pela área do turismo.

Outro ponto fundamental diz respeito ao fortalecimento de instituições ligadas à área de turismo como o Fórum estadual de turismo, que inclusive pode virar um Conselho e se tornar deliberativo ao invés de consultivo; o Fundo do turismo, que financiaria as ações voltadas para a área e daria mais liberdade para as instituições atuarem; o IPTUR, que pode servir como melhor instrumento de consulta da oferta turística, inclusive, este deve ser atualizado.

Iniciativas do Sistema S, como o Curso Técnico de Turismo do Senac, contribuem para a melhora da oferta turística, portanto, sugere-se um estreitamento da relação entre o governo municipal, que sabe da demanda local, com o Sistema S, responsável pela oferta de capacitações.

A duplicação da rodovia Goiânia-Goiás vai ser fundamental para alavancar o turismo da cidade de Goiás. O acesso é fundamental para aumentar a demanda turística, devido ao menor tempo de viagem e maior segurança.

A cidade de Corumbá possui grande tradição literária e cultural o que faz com que este seja um grande potencial turístico ainda pouco explorado na cidade. Assim, é interessante focar no desenvolvimento de um turismo cultural que possa incluir grupos de turistas diferenciados que não o de massa, por exemplo, a terceira idade. Esta estratégia também seria interessante para evitar a concorrência com o tipo de turismo já consolidado no município vizinho de Pirenópolis.

O Caminho de Cora Coralina, projeto da administração estadual em andamento¹⁶, pode ser uma importante iniciativa para estimular o turismo no Polo assim como seu desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, se torna importante que a construção do roteiro seja fruto de um esforço conjunto entre o governo estadual e representantes dos municípios. É igualmente

¹⁶Consultar em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-09/caminho-de-cora-coralina.pdf>

importante que este projeto turístico do Estado seja gerido por um órgão da administração estadual ligado à área de turismo, por exemplo, a Goiás Turismo.

A participação de atores locais na elaboração do Caminho de Cora é essencial para que este roteiro cumpra seu objetivo de incorporar “a história mais bonita e a paisagem mais bela”. A participação de atores locais também é de grande importância para indicar locais, pontes, casarios, monumentos e pequenos povoados a serem revitalizados para a implantação do Caminho de Cora. Sugere-se que o Fórum do Polo do Ouro seja o canal adequado para a participação dos atores locais na implementação do caminho.

Ademais, é preciso que Goiás Turismo fiscalize com maior efetividade as obras da área turística em andamento no âmbito estadual, além de facilitar/viabilizar trâmites para ajudar o prosseguimento destas. Por fim, vale salientar que algumas dessas soluções se aplicam a outros Polos, que não apenas a Região do Ouro.

Outras soluções para o Polo do Ouro- PDTIS

As prioridades de investimento sugeridas pelo PDTIS, de acordo com as áreas, são:

Cultura

- Investimento na qualificação dos atrativos culturais presentes (recuperação de prédios históricos, acervos de museus, embutimento de fiação nos centros históricos, recuperação da pavimentação histórica, entre outros);
- Investimento na criação de roteiros temáticos para facilitar a compreensão e a interação do turista com o patrimônio histórico;
- Investimentos na sinalização turística, sobretudo a interpretativa, e na capacitação de guias de turismo para potencializar a experiência de conhecer o patrimônio edificado e sua história;
- Investimentos na infraestrutura geral e de serviços básicos também como forma de preservar o patrimônio histórico;
- Investimentos em pesquisas e estudos de mercado que permitam conhecer melhor o turista que se desloca até este Polo;

Ecoturismo

- Capacitação de guias de turismo com foco exclusivo nos atrativos naturais e áreas de proteção ambientais, podendo servir de guias nas trilhas ecológicas dos parques;
- Investimento na adequação da legislação ambiental e nos Planos de Manejo, Gestão e Manutenção das áreas prioritizadas;
- Investimentos nas infraestruturas de apoio à atividade de ecoturismo e nas pesquisas para identificação e caracterização do perfil do turista deste segmento no Polo;
- Divulgação e promoção do destino de ecoturismo nos mercados estadual e regional.

O presente estudo sugere que as metas do Plano Estadual de Turismo sejam menos genéricas e abrangentes e se tornem mais específicas, de modo a tornar o plano mais efetivo e fácil de ser fiscalizado pela sociedade. No entanto, vale ressaltar que uma abordagem neste sentido foi realizada no próprio PDTIS, seção 5.1, tabela 74, por exemplo.

O Plano Estadual de Turismo prevê diversas ações para promoção e comercialização do produto turístico goiano nos âmbitos regional, nacional e internacional. Todas as ações deverão integrar os destinos do Polo do Ouro, além de seguir um plano integrado de marketing.

Outra iniciativa que deverá ter um reflexo bastante positivo em toda a região é o Plano de Ação para prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), lançado em 2010 pelo Ministério do Meio Ambiente. De acordo com o documento, o Plano prevê ações no âmbito federal (MMA e vinculadas) e ações estaduais, elaboradas pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAS). O Plano, segundo o MMA, é:

“[...] uma ação estratégica do Governo Federal articulada às políticas nacionais, como a Política Nacional da Biodiversidade e a Política Nacional dos Recursos Hídricos. Articula-se ainda com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e com os planos estaduais de redução e controle de desmatamento e queimadas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo avaliou o turismo na Região do Ouro do Estado de Goiás, identificando sua atual conjuntura socioeconômica e a atuação do poder público. Foram mapeadas as políticas públicas que vigoram na região, de modo que se tornou necessário apresentar o contexto político-institucional, atores sociais, potencialidades e gargalos locais, gastos públicos das três esferas e oferta turística de cada município.

A atividade turística pode ser um meio de desenvolver a economia da região e superar a situação de pobreza que aflige os municípios do Polo, os quais possuem uma incidência de pobreza em mais de um terço dos seus cidadãos. Essa é uma região que possui cidades históricas repletas de patrimônio material e imaterial, e rica em atrativos naturais, inclusive possui dois parques estaduais, portanto, o potencial de ecoturismo e turismo histórico é imensurável. Logo, o turismo pode ser pensado como uma efetiva política de desenvolvimento regional.

A questão histórica foi determinante para o desenvolvimento da cultura goiana, o que se revela especialmente na arquitetura e festividades de cada município sendo o último o principal instrumento de atuação dos governos estadual e municipal. A maior parte dos gastos voltados para o turismo e a cultura está ligada aos eventos festivos, o que traz um retorno imediato para o setor de turismo, mas que por outro lado desvia a atenção e os recursos dos principais problemas da região, a maioria ligados à infraestrutura. Portanto, deve ser feita uma reflexão sobre o planejamento orçamentário-financeiro do Polo.

Alguns trabalhos anteriores se propuseram a analisar o turismo do Polo do Ouro ou de algum de seus municípios em particular, sendo que o principal e mais completo foi o PDTIS (2012). O presente estudo, feito dois anos após a publicação do PDTIS, revela que pouco se evoluiu desde então. Tantos os empreendedores quanto os gestores públicos não se articularam, por meio dos Conselhos ou outras entidades, para enfrentar os entraves do Polo. A Cidade de Goiás e Pirenópolis são exceções que avançaram em algumas questões, mas pelo maior porte, sofrem com outros pontos, como a violência, ou deixam de usufruir suas potencialidades devido à insuficiente divulgação no cenário nacional, por exemplo.

No âmbito estadual a Goiás Turismo e a área cultural do governo são os responsáveis pela gestão. Portanto, os governos municipais da Região do Ouro têm uma grande interlocução com esses órgãos, que devem absorver as demandas e satisfazê-las de acordo com a dotação

orçamentária, que nem sempre é prevista no início do período de exercício, dado o constante recebimento de emendas parlamentares estaduais.

Recentemente, houve um substancial crescimento do repasse de recursos financeiros a essas instituições, que puderam responder a algumas das demandas (crescentes) da região, que tem carências cada vez mais urgentes. O PAI, que teve um programa exclusivo para o Polo do Ouro, visava responder às suas prioridades. Entretanto, devido à insuficiência de recursos, este se restringiu basicamente a ação “Apoio à Cidade de Goiás”.

Ao longo da pesquisa foram apresentados os principais entraves a serem superados e foram dadas diversas sugestões (principais na seção anterior), algumas das quais já poderiam ser colocadas em prática. Outras exigem uma maior articulação entre os atores sociais e entes governamentais, portanto, são de longo e médio prazo. Estas devem ser monitoradas e ter uma assistência do Governo do Estado e Federal, via Goiás Turismo e Ministério do Turismo, respectivamente. Do contrário, os agentes envolvidos tenderão a não efetivá-las por uma série de fatores, entre eles, o ciclo eleitoral, falta de recursos humanos e financeiros, preocupação com objetivos de curto prazo que geram resultados imediatos e falta de participação social.

Por fim, salienta-se que algumas das soluções apresentadas se aplicam a outras regiões, que não apenas a do Ouro. Ademais, muitos problemas e soluções são comuns. Logo a leitura deste material é indicada às demais regiões (municípios) turísticas do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2013.

BRASIL– Ministério do Turismo. **Plano Aquarela 2020: Marketing Turístico Internacional do Brasil**. ND.

BRASIL – Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020) Versão Final**. Multivisão.

DINIZ, S. C. **Análise Do Setor Cultural Nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. In Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, Salvador, ANPEC, 2008.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Editora da UCG, Goiânia, GO, 2004.

FALEIRO, F. Fernandes e LOPES, L. Maria. **Aspectos da Mineração e Impactos da Exploração de Quartzito em Pirenópolis – GO**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 4, n. 11 agosto, 2010.

GOIÁS – GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDTIS**. 2012.

_____. **Plano Estadual de Turismo (2008-2011)**. Goiânia, 2007.

_____. **Perfil e potencialidades dos municípios Goianos**. Estudos do IMB, 2012. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Quarto relatório anual com as estimativas definitivas da ocupação formal e informal, produzido a partir dos últimos dados divulgados da Rais e da Pnad, referentes ao ano de 2011**. Março, 2013.

PALACIN, L. ; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722 – 1972)**. Editora da UCG, Goiânia, GO, 1989.

SILVA, F. A. B. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Coleção Cadernos de Política Cultural, v. 3. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

TAKASAGO, M. ; GUILHOTO, J. ; MOLLO, M. ; ANDRADE, J. **O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 40, n. 3, dez. 2010.

ANEXO**Roteiro de entrevista**

1. Qual a estrutura da secretaria de turismo municipal? Ela tem suporte de alguma outra área? Quantos servidores? Como é feito seu gasto?
2. Existe uma política integrada entre cultura e turismo no município?
3. No CAT, existe distribuição de mapas com atrações turísticas? E de panfletos com divulgação de hotéis e restaurantes da cidade?
4. Possui algum plano municipal (plano diretor) que inclua o turismo a cultura ou preservação do patrimônio histórico?
5. Você conhece o PDTIS? Utilizou este como instrumento para executar suas políticas públicas?
6. Como o Sistema S (Sebrae, Sesc, Senac e Sesi) contribui para a sua área, ou seja, qual o seu papel no desenvolvimento do turismo?
7. Quais seriam as prioridades do município, necessidades mais urgentes, hoje?
8. Considera os gastos efetuados pelo Estado (ou município) na área do turismo ou da cultura como prioritários?
9. Os gastos da União (por exemplo, do IPHAN) são executados diretamente por ela ou pelo município, via convênio?
 - a. Qual a vantagem ou desvantagem desse tipo?
10. Como os gastos da sua área contribuem para o aumento do turismo e das divisas dele decorrentes no município?
11. Como os gastos da sua área têm colaborado para preservar o patrimônio histórico material? E imaterial (patrimônio imaterial se refere a expressões culturais e tradições)?
12. Como a preservação do patrimônio cultural material contribui para o incremento do turismo no município? E do imaterial?
13. Como o turismo contribui para a preservação do patrimônio material e imaterial do município?

Parte também destinada à cultura e associações (sociedade civil organizada)

1. Qual a estrutura da sua instituição? Ela tem suporte de alguma outra área (ou do Governo)? Quantos servidores? Como é feito seu gasto?
2. Você conhece o PDTIS? Utilizou este como instrumento para executar suas políticas públicas?
3. Quais seriam as prioridades do município, necessidades mais urgentes, hoje?
4. Considera os gastos efetuados pelo Estado e município na área do turismo ou da cultura como prioritários?
5. Como os gastos da sua área contribuem para o aumento do turismo e das divisas dele decorrentes no município?

6. Como os gastos da sua área têm colaborado para preservar o patrimônio histórico material? E imaterial (patrimônio imaterial se refere a expressões culturais e tradições)?
7. Como a preservação do patrimônio cultural material contribui para o incremento do turismo no município? E do imaterial?

Relatório de entrevistas

Esta parte busca apresentar o contexto cultural e turístico nos cinco municípios analisados, apresentando as relações institucionais e como se articulam as esferas de poder estadual e municipal, além do setor privado e terceiro setor, por meio de associações e ONG's. Para isso, foram realizadas entrevistas buscando entender a percepção dos atores sociais do município e verificando com eles os benefícios sociais e econômicos dos gastos públicos dessas áreas, além de mostrar um quadro geral e como o poder público pode evoluir e melhorar suas ações sociais. A pesquisa foi feita com os agentes públicos e privados com atuação importante na área de cultura e turismo, por meio de entrevista pessoal (as entrevistas com secretários de turismo e cultura foram gravadas), entre julho e setembro do ano de 2014, com perguntas objetivas e qualitativas¹⁷. O questionário e as respostas dos entrevistados constam no Anexo do estudo.

Cocalzinho de Goiás

O município de Cocalzinho de Goiás, doravante, Cocalzinho ou Cocal, é o que possui menor hospedagem de turistas do Polo do Ouro, inclusive por ter o menor número de leitos, apesar de ter alta visitação devido ao Parque dos Pirineus, o qual compartilha a área com Corumbá de Goiás e Pirenópolis. Tal município possui o menor número de atrativos naturais e culturais.

A Secretaria de Turismo é vinculada à de Indústria e Comércio, a qual possui como colaborador específico, somente, Valdomiro Alves, gestor que foi entrevistado¹⁸. A secretaria não tem orçamento exclusivo, o que ajuda a explicar os seus gastos relatados ao Finbra – seção anterior. Apesar disso, quando existem demandas na área de turismo, outros funcionários municipais auxiliam nas tarefas, especialmente nos momentos festivos que são apoiados pela prefeitura.

Atualmente, não existe CAT. Esse existiu no intuito de induzir a permanência de turistas na cidade. Entretanto a tentativa foi frustrada devido à predominância da hospedagem dos turistas

¹⁷ Os entrevistados foram os secretários de Cultura e Turismo e os diretores de associação comercial, de restaurantes, hoteleira, de guias, ou qualquer organização de sociedade civil organizada que tenha representatividade no município.

¹⁸ Entrevista concedida em 15/09/14, mesma data das demais entrevistas sobre o município.

ocorrer na cidade de Pirenópolis. Na prática, para os brasilienses, Cocalzinho é apenas o caminho para o vizinho mais famoso ou para o Parque. O governo municipal, assim como as entidades privadas, não organizou um esquema de divulgação dos atrativos naturais, de modo que o turista não pode fazer seus passeios por conta própria. Logo, os guias de Pirenópolis acabam fazendo e indicando os passeios nos atrativos da sua cidade, já que não conhecem Cocal.

O município possui plano diretor, apesar desse não contemplar a área de turismo ou cultura. O gestor se queixa de que os cidadãos não aderem aos cursos constantemente oferecidos pelo Sistema S, o que dificulta a qualificação da mão de obra na cidade e contribui para a continuidade da baixa qualidade da oferta turística de Cocalzinho.

Atualmente, as principais prioridades do município são a promoção da oferta turística, especialmente da Gruta dos Ecos, uma grande caverna que possui o maior lago subterrâneo da América do Sul; e a construção de um portal de entrada da cidade, o qual pode chamar atenção para os turistas do potencial turístico da cidade, ensejando inclusive a necessidade de se trabalhar mais o Parque Estadual dos Pirineus. Nessa linha, a gruta supracitada está em processo de adequação para receber visitas oficialmente.

O secretário de Turismo não conhece o PDTIS. Apesar disso, ressalta que o foco das ações públicas, estaduais e federais, está no vizinho Pirenópolis e que os dados do IPTUR estão defasados. Mas, ele também reconhece que os gastos de eventos da Goiás Turismo no município são importantes para alavancar o turismo local.

Um protesto do gestor é a respeito do Parque Estadual dos Pirineus, que não proporcionou nenhuma compensação para o município sobre a sua preservação, já que, eventualmente, empresários poderiam ser atraídos para o município com o intuito de extrair os minerais da região. É alto o potencial de exploração mineral, o qual se faz valer nas áreas limítrofes no município de Pirenópolis, conhecido por suas pedreiras. Todavia, Cocal não tem essa capacidade de exploração, já que no seu lado, os recursos ficaram dentro do parque. Ademais, devido à melhor oferta turística de Pirenópolis apenas este é beneficiado com a estadia dos turistas que frequentam o Parque¹⁹.

Sobre o parque, o secretário de Turismo, Indústria e Comércio manifestou o interesse de que sua administração, ao invés de ser realizada pela Semarh, poderia ser compartilhada pelos três municípios. A gestão local do parque, realizada em conjunto pelos três municípios que compõem

¹⁹Faz-se a ressalva de que ao passar pela estrada onde se encontra a entrada principal do Parque, em Cocal não observou-se uma placa ou portal que indicasse que ali era a entrada.

o parque, poderia, além de possibilitar uma melhor utilização turística por parte dos municípios, tornar a fiscalização e preservação ambiental mais eficaz. Desse modo, vale a reflexão sobre a administração compartilhada pelos três municípios, ao invés da administração da Semarh, que é sediada em Goiânia e não consegue impedir a exploração hídrica ou mineral do parque.

Por não existir patrimônio material tombado, não há verbas do IPHAN sendo executadas no município. Inclusive, existe a iniciativa municipal de transformar a fábrica de cimento em museu. Esta foi fundamental para a construção de Brasília e foi o marco de criação da cidade. Portanto, o primeiro passo a ser dado seria a sensibilização local, tanto dos cidadãos, por meio da divulgação da sua importância, quanto do poder público, via tombamento do bem.

Cocalzinho se diferencia dos demais municípios do Polo por ser uma cidade nova. Como visto para as outras cidades o fator histórico, junto com as belezas naturais, é importantíssimo para a promoção do turismo local. No entanto, essa é uma característica da qual Cocalzinho aparentemente carece. A iniciativa de criar um museu na antiga fábrica de cimento²⁰ e relacionar, não apenas a fábrica como também a própria cidade, pode suprir esse contexto histórico. Especialmente, em se sabendo que o grande público turístico da região é oriundo de Brasília, ressaltar a importância de Cocal para a construção da capital federal pode ser de grande valia para o incremento do turismo na cidade.

A secretária de Educação e Cultura, Iolanda de Carvalho, também foi entrevistada. A área de cultura, no caso deste município pequeno e novo, é uma subárea na referida secretaria. Diante das demandas sociais da área de educação, a cultura não é priorizada, inclusive pela ausência de patrimônio material e imaterial, assim como da falta de verba específica. Talvez o museu da fábrica de cimento pudesse criar essa demanda. Desse modo, o patrimônio cultural contribui muito pouco com o desenvolvimento turístico do município.

Apesar da situação, o município possui uma banda de música orquestrada, que é um potencial para desenvolver a cultura do município. O município não tem teatro e nem suporte das outras esferas governamentais para criar um. Quanto às bibliotecas, todas estão ligadas às escolas, apesar da limitação material.

Por fim, a secretária desconhece alguma ação da sociedade civil organizada, além da qual foi relatada – banda, no sentido de atuar diretamente com a área cultural. Talvez, por causa do seu foco na educação e curto tempo na pasta, a situação recorrente em municípios pequenos em que a Secretaria de Educação e Cultura divide os mesmos recursos.

²⁰ A depender do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e Sistema de Museus de Goiás.

A gestora da Pousada Tabapoã, uma das maiores do município, que possui atrativos naturais, como cachoeiras, e de turismo de aventura, como tirolesa, apresentou o ponto de vista do setor privado sobre o turismo no município. A pousada recebe turistas nacionais, na maior parte de Brasília, e realiza seus próprios passeios, dada a inexistência de agências na cidade. Inclusive, a pousada possui agência localizada na cidade de Pirenópolis, dado o maior poder de atração de clientes.

Na realidade, a gestora confirmou a impressão de que o setor privado é pouco assistido pelo poder público, nas três esferas: federal, estadual e municipal. O governo municipal, quando procurado pelos turistas, faz a propaganda informal de um dos poucos locais que podem oferecer o serviço turístico com o mínimo de assistência.

De acordo com ela, a tentativa do governo municipal em atrair recursos para a área turística, tanto no nível estadual quanto no federal, tem sido até então inócua.

Festas e Eventos

- Aniversário da Cidade (Julho)

Iniciativa do governo municipal com patrocínio da Goiás Turismo, apenas. De acordo com o secretário de Turismo, há uma circulação de, aproximadamente, 15 mil pessoas nas noites com maiores atrações.

Existe arrecadação de taxas para custear os gastos de limpeza, segurança, entre outros. Entretanto, a receita não cobre os gastos integralmente. A maioria dos comerciantes é residente do município. Como é o maior evento da cidade, a aceitação social é boa, inclusive por conta da geração de emprego e renda.

- Divino Espírito Santo (Janeiro/Fevereiro)

Dura uns 20 dias e circulam em torno de 500 pessoas por dia, aproximadamente. Parte das pessoas que participam do festejo vem de fora. A iniciativa da festa é da própria comunidade, que, majoritariamente, compõe o comércio. O evento conta com o suporte do governo municipal, que tem gastos não muito altos, e por isso, não cobra nenhuma taxa. Alguns empresários locais patrocinam a festa.

- 70 KM de Bike (Maio)

O evento ocorre fora da sede municipal, no distrito de Girassol. Por isso, a estadia de turistas no município é menor do que o esperado, já que muitos ficam em municípios da região que têm mais serviços e maior capacidade turística, como Pirenópolis. Além do que, a maior parte dos atletas é do DF, assim como os patrocinadores. A festa é quase toda organizada pelo setor

privado e conta com apoio do poder público. A própria pousada que sedia o evento também recebe os atletas e turistas, que giram em torno de 2.000, pois o número de inscritos é de 500 a 700.²¹

Uma festa que existia há até pouco tempo era o Rodeio, o qual era patrocinado pela Goiás Turismo. Entretanto, a má gestão e casos pontuais de superfaturamento acabaram “queimando” a festa, o que levou à sua extinção. Por fim, ressalta-se a cavalgada de Nossa Senhora da Aparecida, que acontece no Distrito de Girassol todo dia 12 de outubro, evento que esse ano contou com mais de 4 mil cavaleiros.

Corumbá de Goiás

Corumbá de Goiás, doravante, Corumbá, é um ponto de entroncamento entre as cidades de Cocalzinho de Goiás e Pirenópolis, uma das cidades com maior fluxo turístico do Estado. A localização de Corumbá se mostra privilegiada quando é percebido que a cidade está na principal estrada pavimentada que liga Pirenópolis ao Distrito Federal, grande polo de turistas para o Polo do Ouro. A cidade tem tradições culturais tão ricas quanto a vizinha Pirenópolis, ponto pouco conhecido entre os goianos.

Em visita ao município de Corumbá de Goiás foram entrevistados funcionários-chave da administração municipal para a área do turismo e da cultura assim como membros de associações, diretor de empreendimento turístico local e líder comunitário. A seguir são apresentados os principais trechos das entrevistas e impressões destes, que quando convergentes são compiladas e expostas como consensual.

Foi constatado, assim como verificado no PDTIS, que a estrutura da administração municipal para as áreas de turismo e cultura é precária. A Secretaria Municipal de Turismo de Corumbá possui basicamente um servidor, o próprio secretário de Turismo, que atua também no centro de Atendimento ao Turista (CAT), recepcionando os visitantes. A Secretaria de Cultura não existe, o que há é uma diretoria de cultura vinculada à Secretaria de Educação. Geralmente, servidores de outros órgãos auxiliam a área de turismo, principalmente durante os eventos, momento de maior demanda turística.

Segundo o secretário municipal de Turismo, o que o município mais carece para impulsionar o turismo da região é de divulgação. O governo estadual investe demasiadamente em shows e

²¹ Outras informações podem ser consultadas em <http://www.70km.com.br/>

eventos, entretanto, seria prioritário o investimento em divulgação, ideia que foi corroborada pelos demais representantes da sociedade civil organizada. Ainda no quesito divulgação, o secretário considera que a divulgação do município deveria ser feita apenas nas regiões mais próximas que possuem maior potencial de visitação na cidade (Estado de Goiás e Distrito Federal).

Alguns empreendimentos privados locais, a exemplo do Salto de Corumbá, atraem uma quantidade de turistas (estimada em aproximadamente 7 mil turistas ao mês), talvez até maior que os demais atrativos turísticos conjuntamente. Contudo a maioria destes se limita aos hotéis e não visitam a cidade em si. Isso diminui os gastos médios durante a permanência dos turistas, e conseqüentemente, o potencial de arrecadação tributária. De acordo com o secretário de Turismo, outro ponto fundamental para impulsionar o turismo local é a construção do novo terminal rodoviário em Corumbá de Goiás, previsto no PDTIS dentro do Programa de Desenvolvimento Regional e Polos de Desenvolvimento. Este será construído com investimentos do governo estadual e tem como objetivo, além do transporte rodoviário, ser um novo atrativo turístico para a cidade e melhorar a qualidade de estadia.

Corumbá de Goiás possui Plano Diretor, mas este não é totalmente obedecido pelos habitantes. Há exemplo de construções não permitidas em áreas de proteção, como na “Prainha”. A Prainha é uma área às margens do Rio Corumbá, que atravessa a cidade, utilizada por moradores e turistas com a finalidade do lazer. A conclusão da Prainha, como centro de lazer, seria uma das prioridades do município no que se refere aos investimentos da área de turismo.

O Plano Diretor não inclui uma parte destinada ao turismo, entretanto, um plano voltado para o turismo tem sido feito em parceria com o Sebrae e deve ser entregue em breve. Esse era um dos pontos apontados pelo PDTIS como fundamentais para o desenvolvimento turístico do município. Nenhum dos entrevistados conhecia o PDTIS, portanto, não o utilizaram como instrumento para executar as políticas públicas.

A cidade de Corumbá possui um calendário festivo com festas durante quase todos os meses do ano com potencial para atrair turistas à cidade. No entanto, a maior parte destas festas atrai apenas locais, turistas da cidade e seus distritos e uma pequena parte de municípios vizinhos. Apenas as festas do Carnaval, das Cavalhadas e o Réveillon atraem um público maior de outras regiões do Estado e do Distrito Federal. Um dos grandes meios para se atrair turistas à cidade é a realização de shows durante os eventos festivos. Entretanto, segundo o secretário, a prefeitura municipal não tem capacidade orçamentária para trazer nomes com apelo turístico para a cidade sem o financiamento do governo estadual, por meio da Goiás Turismo.

As festas realizadas geram grandes custos à prefeitura. Entre os principais custos estão: a limpeza da cidade; o deslocamento e plantão de policiais para a cidade (segurança); a infraestrutura como a armação de tendas, o aluguel de banheiros químicos, energia, etc. A receita da prefeitura com as festas vem basicamente de taxas pagas pelos comerciantes que trabalham nos eventos. A única festa superavitária, ou que ao menos cobre os custos da prefeitura, são as Cavalhadas. As demais contribuem para a movimentação da economia local, mas geram despesas para o governo municipal, ou seja, este destina parte das suas receitas para cobrir os gastos com os eventos.

As cavalhadas são uma exceção, pois a festa é organizada pela Associação das Cavalhadas de Corumbá de Goiás (ASCA). Esta associação possui financiamento próprio das mensalidades de seus associados para sua manutenção e realização da festa. Além disso, a ASCA é responsável pela busca de patrocínio junto a empresas para o financiamento da festa. Patrocínios relevantes citados pelo secretário são das empresas Corumbá Concessões (operadora da usina de Corumbá IV), Unicom, entre outras. Lembrando que a ASCA é responsável pela organização da apresentação da cavalhada e a prefeitura é responsável pela infraestrutura do festejo.

A diretora de Cultura da cidade de Corumbá, ligada à Secretaria de Educação, destaca que o turismo da cidade está fortemente vinculado à cultura e ao patrimônio histórico. Como fato que corrobora esta afirmação ela destaca que houve um incremento no turismo após o tombamento de alguns edifícios históricos da cidade pelo IPHAN. Além disso, o tombamento proporcionou a restauração desses edifícios pelo próprio IPHAN, o que ajuda a incrementar o ambiente turístico da cidade.

Embora haja essa conexão entre o turismo e a cultura, há uma necessidade de diferenciação entre o evento turístico e o evento cultural na cidade, segundo a diretora de cultura. Essa relata que até os membros da administração municipal fazem esta confusão. Esta diferenciação se faz necessária para que se delimitem melhor os espaços e o público alvo, de forma a potencializar cada tipo de evento. Outra função de uma melhor diferenciação seria a preservação do patrimônio histórico.

Alguns eventos que atraem turistas, como festas de sons automotivos, por vezes ocorrem no centro histórico, com potencial de degradação ao patrimônio. Neste local seria mais adequada a realização de carnaval tradicional de marchinhas. Ainda poderiam ocorrer mais eventos com a tradicional “Banda 13 de Maio”. Esta banda, criada ainda no século XIX, é a mais antiga do Estado e carece de divulgação e oportunidades para demonstrar seu trabalho em eventos culturais.

Corumbá de Goiás é uma cidade de grande tradição cultural no Estado. Nasceram ali grandes nomes da literatura goiana como J. Veiga e Bernardo Élis. Esse último é o único goiano que foi membro da Academia Brasileira de Letras. Porém, esta tradição vem se perdendo e, segundo a diretora de cultura, sem explicação aparente. Com a finalidade de recuperar essa tradição, ela sugere a criação de feiras literárias na cidade, como evento de apelo turístico, inclusive, tipo carente no Estado. Ainda neste quesito, cabe ressaltar que o “Memorial dos Imortais”, hoje uma espécie de museu sem funcionamento regular, surgiu como um Ponto de Cultura.

O referido Ponto de Cultura foi financiado com uma parceria entre o governo estadual e municipal, por meio do programa Cultura VIVA. No entanto, esta é uma das poucas ações da Secult em Corumbá. De acordo com a diretora de cultura, a mudança de Agência (AGEPEL) para secretaria (Secult) melhorou o relacionamento, porém, ainda se considera insuficiente. A Goiás Turismo possui presença mais marcante, ainda que predominantemente em eventos.

O município possui um Conselho de Cultura. Porém, este ainda não obteve êxito em nenhuma ação prática relevante, sendo considerado apenas “deliberativo”, ou seja, com função apenas consultiva. Por outro lado, a sociedade civil corumbaense atua, principalmente, por meio da Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico. Essa associação é responsável pelo maior contato com o IPHAN e foi ela quem se mobilizou para adquirir, junto ao órgão federal, a verba necessária para a reforma e restauração de prédios tombados no centro histórico da cidade.

Devido à relevância desta associação, foi entrevistada uma de suas representantes. Segunda a mesma, a atual prioridade da associação é a construção do “Memorial Bernardo Élis”. Essa seria parte integrante do projeto maior da associação de criar uma rede de museus na cidade. Esta rede incluiria o Museu de Arte Sacra, Museu dos Imortais (evolução do Memorial dos Imortais) e o já citado Memorial de Bernardo Élis. O ano de 2015 será o centenário de J. Veiga e Bernardo Élis, logo é considerado data importante para se conseguir apoio e verbas para a construção deste memorial e de uma feira literária na cidade.

A representante da associação defende o carnaval com marchinhas para estimular um carnaval que fortaleça as tradições culturais da cidade. A associação auxilia um grupo de coral na cidade e possui projeto para inserir as tradicionais folias nas escolas como meio de perpetuar esta tradição. Além disto, ela revela que a festa da Semana Santa possui atrações, como a encenação da crucificação de Cristo juntamente com uma antiga tradição da cidade que são os Motetos (cânticos em latim para a encenação). Apesar de não existir uma demanda direta pelos cidadãos

locais, o governo municipal pode induzir esse tipo de atração de modo a dar publicidade para os grupos locais, além de atrair o público ligado ao turismo cultural.

O diretor administrativo de um hotel relevante na cidade também foi ouvido. Segundo este diretor, o município carece de infraestrutura básica como sinalização própria para o turismo, também apontada no PDTIS. Na infraestrutura há demanda do secretário de Turismo para um asfalto, com cerca de 30 km, ligando a sede do município ao distrito de Aparecida de Loyola. Neste distrito se encontra um criadouro de onças que faz um importante trabalho para preservação de felinos ameaçados de extinção e possui grande potencial turístico.

Outra carência apontada é a de se criar um calendário que possa oferecer eventos durante todo o ano para que o turismo tenha uma fluência anual mais constante. Neste sentido, faltam eventos não apenas para turistas como para os locais, sendo que um impulsionaria o outro. Poderiam ser criados eventos menores e temáticos, pois se adéquam mais à realidade de Corumbá, relembrando o potencial para uma feira literária.

Segundo esse diretor, o setor privado também é responsável pela situação precária do turismo na cidade, pois não se organiza de forma a exigir maiores ações do poder público. Em suas palavras “o poder público tem que ser mais provocado”. Nesse sentido, nota-se que a Associação Comercial e o Conselho de Cultura são pouco operantes. O município não possui um fundo de turismo, como já ocorre em municípios vizinhos, realidade que poderia ser mudada se houvesse essa provocação da sociedade.

Por fim, foi entrevistado um historiador e líder comunitário citado em todas as entrevistas e considerado de grande relevância para se compreender a história e tradições locais. Este observou que entre as carências de infraestrutura da cidade está a rede de esgoto que é insuficiente e causa mau cheiro na cidade. Ele sugere o foco do turismo para grupos específicos, como idosos e o turismo religioso, pois esses seriam mais atraídos pelas festas tradicionais de Corumbá e pela calmaria da pequena cidade às margens do Rio Corumbá. Além disso, seria uma forma de não concorrer com o turismo mais “agitado” como o de Pirenópolis. Ou seja, visando a um público diferente, Corumbá pode atrair os goianos com um enfoque turístico distinto dos seus vizinhos. Da mesma forma que todos os outros entrevistados, ele concorda que não há divulgação suficiente. Outro ponto em comum entre todos os entrevistados foi o total desconhecimento do estudo do PDTIS, que apontou a maior parte das supracitadas prioridades e carências da região. Vale ressaltar que o plano também relatou a falta de articulação entre os agentes locais, assim como o deficiente arranjo institucional.

Cidade de Goiás

A Cidade de Goiás, popularmente conhecida como Goiás Velho, foi a primeira capital e cidade do Estado de Goiás. Goiás se localiza a oeste no Polo do Ouro e se encontra a uma maior distância em relação aos outros quatro municípios visitados durante a realização do presente estudo. No entanto, devido a sua relevância histórica e cultural a cidade possui título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO. Desta forma, a cidade possui fundamental importância para o desenvolvimento do turismo na região em estudo, especialmente o turismo cultural.

Nesta visita, foram entrevistadas as secretárias de Turismo e Cultura do município, assim como a diretora do escritório do IPHAN na cidade, o vice-presidente da Associação de Restaurantes, Pousadas, Hotéis e Similares da Cidade de Goiás (ARPHOS), a vice-presidente da Associação de Artesãos, Artistas e Amigos da Cidade de Goiás, além de funcionários de duas agências de turismo locais.

A Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico foi criada em 2013. Na antiga organização administrativa o turismo se encontrava de maneira secundária dividindo atribuições inclusive com a pasta de trânsito. A atual secretária é experiente na temática do turismo, inclusive tendo anteriormente atuado na Agência de Turismo do Estado de Goiás. A inclusão do desenvolvimento econômico na pasta denota a relevância que a atual administração municipal atribui ao turismo para dinamizar a economia local, sendo esta uma das principais atividades econômicas do município, ao lado da agricultura. A secretaria conta com 5 colaboradores, além de estagiários do curso de turismo da Universidade Estadual de Goiás, que possui sede no município e é fundamental para o fomento da atividade na região.

A secretária demonstrou haver várias dificuldades em relação ao aumento do turismo, por outro lado relatou várias medidas em andamento para que se possa melhorar o atual cenário. Com relação ao PDTIS, ela relatou que houve avanço nos gargalos institucionais apontados no estudo, mas que em relação à infraestrutura houve poucos avanços. Também foi ressaltado que o Polo do Ouro perdeu a oportunidade do PDTIS, pois não há mais financiamento do Banco Mundial via PRODETUR para realizar as melhorias apontadas no referido estudo, além deste estar com alguns dados desatualizados, o que inviabiliza seu uso como diretriz para o governo local.

O Centro de Atendimento ao Turista é bem localizado, em frente ao teatro São Joaquim, ao lado da “Cruz do Anhanguera” e próximo da Casa de Cora Coralina. No mesmo prédio está sediada a Secretaria de Turismo. Há projeto de reforma do referido prédio para melhorar a estrutura da secretaria, oferecer melhor apoio ao turista, além de sediar um escritório local do Sebrae na

cidade. Vale ressaltar que o CAT possui banheiros públicos, funciona 7 dias por semana e faz a distribuição de diversos panfletos, tanto de empreendimentos privados como de atrações públicas e mapas, essas iniciativas são fundamentais para atender melhor ao visitante.

Ainda assim, está em construção outro CAT, localizado na entrada da cidade. Este CAT funcionará junto a um centro de apoio que vem sendo construído com a finalidade de atender a funcionários de eventos, estudantes e turistas. A Prefeitura gasta muito com hospedagem de pessoas que se dirigem à cidade para a operacionalização de grandes eventos, como por exemplo, policiais. Assim seria uma forma de economizar recursos. Em outros períodos do ano seria destinado como albergue para turistas jovens e estudantes das universidades presentes na cidade. O Sebrae pretende se instalar no CAT, de modo a facilitar a interação com os empreendedores e mão de obra locais, além de implantar melhorias nos restaurantes e artesanatos. Outra iniciativa por parte da instituição foi de auxiliar no desenho do produto turístico a ser vendido em nível nacional nas agências de turismo.

O plano diretor municipal inclui as áreas de cultura e de turismo, porém se encontra defasado dada a sua elaboração em 1999. A inclusão das áreas de cultura e turismo se deve à exigência da UNESCO para que a cidade pudesse se tornar um Patrimônio Cultural da Humanidade. O plano diretor data da época em que a cidade pleiteava tal título, de modo que se faz necessária a revisão do plano diretor. Esta revisão seria de suma importância ao turismo no sentido de definir áreas e usos adequados a empreendimentos na cidade e, em especial, no centro histórico. No entanto, a prefeitura carece de recursos para realizar a revisão do plano, que poderia delimitar algumas regras que influenciariam o comportamento dos cidadãos, criação de novos bairros, enfim, regulamentando o atual crescimento desordenado da cidade.

Todos os entrevistados foram unânimes em ressaltar que a Cidade de Goiás não procura desenvolver um turismo de massa, sendo poucas as iniciativas que visam a esse público. Isto se deve ao fato de que o turismo seja uma forma de colaborar para a preservação do rico patrimônio histórico e cultural, tanto material quanto imaterial, pertencentes à cidade. Para tanto, se nota a necessidade de qualificação da mão de obra local e dos serviços ofertados aos turistas.

Neste sentido, foi criado o selo “Vila Boa Mais Me Quer”. Este selo surgiu de pesquisas qualitativas realizadas em eventos de grande porte como o FICA. Pesquisas mostraram que enquanto os moradores e donos de restaurantes classificavam o serviço de restaurantes e a comida como excelentes, participantes e turistas do evento a classificaram como ruim. Assim foi

criado o selo que visa mostrar a qualidade dos serviços, e, portanto, melhorar a condição dos restaurantes locais.

O selo conta com o apoio do Sebrae, Senac e Agpec (Associação Goiana de Profissionais e Estudantes de Cozinha). Estes órgãos colaboram tanto na avaliação dos estabelecimentos quanto em ofertar cursos de capacitação para os funcionários. O selo em si consiste em uma margarida em que, se o restaurante obtiver qualificação máxima, ele obterá a margarida com cinco pétalas. À medida que a qualificação for diminuindo em algum quesito vai se perdendo uma pétala. Ideia bastante criativa em que se mistura a tradicional brincadeira de “bem-me-quer mal-me-quer” com as clássicas classificações de serviços em cinco estrelas.

Outra medida interessante em andamento é o Circuito das Cidades Históricas. Este é um projeto com o apoio do Sebrae, via escritório de São Luis dos Montes Belos, em que participam 18 empresários da Cidade de Goiás e Pirenópolis. Este projeto consiste em um circuito integrado com estabelecimentos e atrações de ambas as cidades. Outra iniciativa nesta mesma linha são os “Quintais de Goiás”, na qual algumas atrações se organizaram para criar um roteiro turístico na região do Ouro²². Por fim, a concessão para o Balneário do Rio Vermelho, popularmente conhecido como “Carioca”, é outro exemplo de projeto bem estruturado e visão empreendedora, que melhorou a oferta turística da cidade.

Com o intuito de movimentar o comércio e o turismo foi criada uma feira de gastronomia e artesanato que ocorre aos sábados. Vale registrar que a gastronomia e o artesanato possuem grande relevância para a cultura e tradições locais. No mesmo sentido foi criado o projeto “Curta Coreto”, que consiste em apresentações culturais na praça do coreto uma vez por mês. Por fim, outro evento criado foi o projeto da serenata que ocorre na cidade todos os sábados de lua cheia.

A administração municipal considera que recebe apoio tanto do governo federal quanto estadual. Em relação ao governo federal, se destacam os projetos do PAC Cidades Turísticas e do PAC Cidades Históricas. Junto ao PAC Cidades Turísticas foi levantada verba no valor de R\$ 550 mil para melhorar a sinalização carente no município. Foi relatado que vários turistas se queixam da sinalização na rodovia e “se perdem” ao entrar na cidade. Também há intenção de construir sinalização turística para pedestre no centro histórico para se criar um roteiro turístico para os visitantes conhecerem os museus, arquivos e outros pontos turísticos da cidade.

²² Demais informações podem ser obtidas em <http://www.quintaisdegoias.tur.br/>.

O PAC Cidades Históricas, por meio da execução do IPHAN e da própria Prefeitura Municipal, visa restaurar prédios históricos da Cidade de Goiás no valor total de R\$ 26 milhões. Entre os prédios que serão restaurados estão a Prefeitura, o Teatro São Joaquim, o Mercado Municipal, o Arquivo Diocesano, a Ponte da Cambaúba e a Escola Veiga Vale. Segundo a secretária de Cultura, os arquivos são importantes fomentadores do turismo local por atrair pesquisadores de todo o país. Ela ressaltou que antes da República havia apenas dois gabinetes literários no país, um sediado no Rio de Janeiro e o outro na Cidade de Goiás.

No que diz respeito ao governo estadual, foi muito elogiada a obra em andamento de duplicação da rodovia que liga a Cidade de Goiás com a capital Goiânia. A expectativa é que possa aumentar bastante o fluxo de turistas para a cidade mediante a facilidade no acesso. Por outro lado, o acesso à Brasília ainda é precário, já que o turista tem que dar “muitas voltas”, sendo que existe o acesso direto pela BR-070, que ainda não foi totalmente pavimentada²³. Também por iniciativa do governo do Estado foram criados dois centros comunitários, um na Colônia de Uvá e outro em Buenolândia. Outras duas obras estaduais voltadas diretamente ao turismo e que estão em andamento são o Lago das Acácias e o balneário de Cachoeira Grande. Neste sentido, a crítica à excessiva quantidade de eventos feitos em outros municípios, penalizando a quantidade de obras de infraestrutura, não cabe à Cidade de Goiás.

Muitas medidas se encontram em andamento neste município, porém ainda se notam vários gargalos para alavancar de fato o turismo local. Entre estes gargalos, segundo a secretária, está a necessidade de aumentar a capacidade de tratamento de esgoto para que se possa incrementar o turismo nos balneários que existem à beira dos rios locais; construção do centro de convenções; aumento dos leitos; funcionamento efetivo do aeroporto para facilitar acesso de turistas de diferentes regiões do país; fazer campanha de divulgação em diferentes mídias como revistas especializadas, folheterias, sites, etc. (é sentida a dificuldade de divulgação do FICA em Brasília, por exemplo), que de acordo com a secretária, a promoção do município seria uma das prioridades para o desenvolvimento do turismo da Cidade de Goiás. Por fim, a necessidade de se implantar em hotéis e pousadas da cidade o Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH). Ademais, existe a necessidade de criar uma inteligência local, que estude e se dedique mais estrategicamente ao turismo, especialmente por meio de iniciativas como, por exemplo, o Observatório do Turismo da UEG, além de melhorar o Iptur, que pode ser mais bem utilizado como ferramenta de planejamento.

²³Lembrando que as BRs são competência do governo federal.

Com o intuito de dar conta da resolução desses gargalos, já se encontra atuante o Conselho Municipal de Turismo (Comtur). Tanto a secretaria de Turismo quanto a de Cultura fazem parte do Comtur. Por meio desse conselho já se conseguiu implantar a Contribuição Voluntária para o Turismo (CVT). A CVT consiste em uma contribuição de R\$ 2,00 dos turistas que visitam a cidade. Assim, além de contribuir para um fundo municipal de turismo, que possa enfrentar outros gargalos, a CVT colabora na implantação do BOH nos hotéis e pousadas da cidade. Como não é obrigatória, a taxa normalmente não é cobrada em todas as hospedagens, principalmente naquelas com caráter mais econômico.

A Secretaria de Cultura da Cidade de Goiás, assim como a de Turismo, ganhou pasta própria apenas em 2013. Atualmente conta com 10 servidores. No entanto, segundo a secretária, a pasta não conta com autonomia financeira, de modo que na prática participa do “bolo” orçamentário do município. Assim, são comuns expectativas frustradas em tentativas de obtenção de recursos para a cultura. A secretaria é organizada em núcleos, que centralizam as ações. Por exemplo, um deles trata da memória e do patrimônio do município; outro da difusão cultural, por meio da promoção de eventos como o Carnaval e a Semana Santa.

Os eventos da cidade, ainda que com o apoio da Secretaria de Turismo, são organizados, predominantemente, pela Secretaria de Cultura. No entanto, não há fundo municipal de cultura, um dos gargalos que faltaria para fechar o sistema. Ainda assim, foi criado o Sistema Municipal de Cultura de forma integrada com o Sistema Nacional de Cultura com o intuito de buscar parcerias e financiamentos junto ao governo federal uma vez que os recursos municipais são extremamente escassos. Apesar disso, a secretaria é bem articulada e consegue levantar fundos para trazer alguns projetos. Aqui houve um importante relato dela de que cidades com menor vocação cultural, porém com uma economia mais dinâmica, possuem verbas excedentes para a pasta de cultura.

O IPHAN é visto como “parceiro efetivo” da cidade. O principal papel relatado pela secretária foi o de fiscalizador, responsável pela preservação do patrimônio histórico da cidade, impedindo mudanças arquitetônicas que descaracterizariam o ar colonial da cidade. A visão da secretária é que o turismo é importante para a cidade e que é necessário investir no fortalecimento da cultura local inclusive para o fortalecimento do turismo. Isso ocorreria para que o visitante se interessasse mais pela história e cultura locais, visitando museus, “ouvindo as histórias da cidade”, enfim aumentando os atrativos e possibilitando uma estadia prolongada do turista na cidade. Desse modo, é fundamental uma mudança de mentalidade da população vilaboense, principalmente na área da gastronomia e hospedagem, para investir em melhores serviços.

Outro projeto importante realizado em parceria com o governo federal se chama “Projeto Mulheres Coralinas”. Este projeto tem como objetivo a formação de mulheres nas áreas de gastronomia, artesanato, cooperativismo e inclusão digital. Como eixo central dos cursos está a poesia de Cora Coralina, mais famosa poetisa da cidade, colaborando também com sua tradição literária.

O Fundo Estadual de Cultura também é visto como importante para a cidade. Atualmente há dois projetos sendo financiados pelo fundo. O projeto Diálogos para Iniciativa em Cultura e Artes visa à formação de gestores na área da cultura e de elaboração de projetos culturais. Outro projeto é o “Pocketeye”, que visa à formação de jovens na área de criação de vídeos.

Na cidade que sedia o maior festival de cinema do Estado, o FICA, a sétima arte possui longa tradição. Aqui foi instalado o primeiro cinema do Estado, há 105 anos. Porém, segundo a secretaria de cultura, o FICA ainda não conseguiu reavivar essa tradição local e apenas recentemente este quadro está mudando. Hoje ocorre parceria com a organização do festival para elaboração de projetos culturais e está em implementação um curso superior de cinema no Instituto Federal de Goiás (IFG).

Entre as necessidades mais urgentes apontadas pela secretária de cultura está a reforma e conservação dos arquivos da cidade. Para tanto, foi criado um grupo de trabalho com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Instituto Federal de Goiás (IFG).

Em entrevista com a diretora do IPHAN na cidade, foi relatado que há boa articulação entre este órgão federal e as secretarias de Turismo e Cultura. Por outro lado, há atritos entre o escritório local e a comunidade. Isso ocorre devido ao fato de o IPHAN fiscalizar e regulamentar obras de construção e reformas em vários locais da cidade, muitas vezes frustrando expectativas dos locais. O Instituto também apoia as ações ligadas ao patrimônio imaterial, divulgando e promovendo a cultura local, além da possibilidade de registro de manifestações culturais locais²⁴.

Entretanto, grande parte desses atritos ocorre devido aos habitantes da cidade não saberem claramente a função do IPHAN. Há a ideia equivocada de que o IPHAN proíbe que se faça qualquer tipo de reforma nas casas. Ao contrário, segundo Aline, muitas reformas são até desejadas e contam com a colaboração do próprio IPHAN. Porém, muitas vezes, os locais querem fazer reformas que não respondem aos critérios exigidos nem pelo CREA nem pelo CAU,

²⁴Ainda não existe registro nesse sentido.

restando ao IPHAN, mais presente na cidade, a fiscalização dessas reformas. Obviamente também há outros critérios, estes sim de atribuição do IPHAN, que são verificados para que se mantenha o patrimônio histórico e sua harmonia dentro do conjunto arquitetônico na cidade. Essa situação cria e desconstrói a imagem do IPHAN, incompatível com o seu papel de preservar o patrimônio histórico.

O IPHAN vê com bons olhos o turismo e até os eventos turísticos que ocorrem na cidade. Há uma visão de que os eventos contribuem para a preservação do patrimônio histórico. Uma preocupação do órgão é para que a economia local possa sobreviver de forma que se mantenha o patrimônio, mantendo seus habitantes fixados na cidade. Por outro lado, é necessário evitar a “gentrificação”, ou seja, a saída dos habitantes locais da cidade devido a valorização excessiva de determinadas áreas urbanas ocasionadas pelo excesso de turistas.

O IPHAN é o encarregado de monitorar e acompanhar as obras do PAC Cidades Históricas, que são feitas pelo governo federal e contam com o apoio do governo municipal, especialmente na obra ligada à prefeitura, que em breve deve mudar de sede.

O setor privado local já esboça boa articulação nas áreas de cultura e turismo. Neste sentido, existe a ARPHOS – Associação de Restaurantes, Pousadas e Hotéis da Cidade de Goiás, que representa aproximadamente 20 hotéis locais. Segundo o vice-presidente dessa associação, há uma relação de parceira com o setor público da cidade para fomentar o turismo. Ele classifica o trabalho da associação como o de “formiga”. Isso ocorre porque muitas decisões demoram a surtir efeito por depender da atuação dos poderes públicos e dos próprios associados. O exemplo citado foi o da duplicação da rodovia que foi um pedido antigo da associação, mas que apenas agora está em andamento²⁵. Por outro lado ele disse que há um plano de marketing do turismo da cidade, o qual foi feito pelo Sebrae, mas que está inefetivo.

A ARPHOS possui parceria antiga com o Sebrae, o qual o ajudou na sua formação e organização, além do projeto Grupo Gestor. Este visa aumentar a profissionalização dos hotéis e pousadas da cidade. Como exemplo do incipiente profissionalismo ele citou que poucos hotéis da cidade preenchem o BOH e apenas dois hotéis possuem software específico de hotelaria. De acordo com o vice-presidente da ARPHOS, a associação colaborou para a criação e efetivação do Comtur. Outra reivindicação da associação é a de que se criem outras fontes para incrementar o recém-criado Fundo Municipal de Turismo, no qual os recursos vêm apenas dos hotéis, sendo que potenciais financiadores como restaurantes, balneários, museus, entre outros, não ajudam a cobrar a taxa que manteria o fundo.

²⁵A duplicação ocorreu por motivos externos à atuação da associação.

A ARPHOS e a secretária de Turismo entendem que diversos impostos indiretos que são provenientes do turismo acabam se destinando a outras áreas, a depender de quem toma as decisões, e logo, não perpetuam o ciclo virtuoso de desenvolvimento que o turismo poderia gerar no desenvolvimento econômico local. Por fim, a associação acha importante refletir sobre a reativação do aeroporto de Goiás, o qual poderia incrementar o turismo local. Apesar de atualmente a demanda ser apenas do próprio governo, que o utiliza em ocasiões especiais, como a transferência da capital, talvez a viabilização de um voo por semana fosse suficiente para chamar a atenção para a cidade patrimônio mundial.

Outra associação relevante na cidade é a AMIGOS (Associação dos artesãos, artistas e amigos da Cidade de Goiás), da qual foi entrevistada sua vice-presidente. Ambas as associações são integrantes do Comtur. Ela nos relata que há parceria com o governo estadual por meio da Central de Artesanato, que faz parte de um programa da SIC – Secretaria de Indústria e Comércio, e consiste na compra de artesanatos produzidos na cidade para que possam ser revendidos na loja permanente em Goiânia, ou em feiras de artesanato pelo Estado e pelo país. Também diz ter sido criado pelo governo do Estado a carteira do artesão. Ainda nesse sentido, há o apoio do Sebrae, não apenas na comercialização dos artesanatos como também na capacitação dos artesãos vilaboenses.

Além disso, nos foi relatado por ela que a loja Cabocla Criações, que participa da associação, possui um projeto chamado “Bordando Cidadania”. Este projeto consiste em capacitar e oferecer trabalho aos detentos do município de Goiás. Desta forma, os detentos aprendem novo ofício, ganham renda e podem diminuir suas penas, na medida em que a cada três dias de trabalho é reduzido um dia da pena.

Segundo a vice-presidente da AMIGOS, alguns entraves ao aumento do turismo local é a falta de visão empreendedora da comunidade local e a rede hoteleira pequena. Devido às características da cidade ela sugere que se aumente o foco nos segmentos turísticos da terceira idade, de escolas para visitar museus e arquivos da cidade e do público LGBT.

Ao final da visita à Cidade de Goiás foram entrevistados dois funcionários de duas agências de turismo locais. De acordo com a gestora da Ipê Turismo, ainda se faz necessária maior conscientização para preservar o patrimônio histórico, ainda que se possa notar uma melhora nos últimos anos, por conta do título de patrimônio mundial. Há uma queixa por parte da funcionária de que os guias turísticos locais são pouco profissionais e buscam oferecer serviços sem as agências de turismo. As agências de turismo atuam desde a indicação de hotéis de acordo com o perfil do turista passando por serviços de transfer até passeios em museus e

atrações naturais da região. Ademais, falta um associativismo entre as agências que não cooperam entre si e focam no mesmo nicho de mercado, quando existe espaço para diferentes atuações.

A necessidade de melhorar o profissionalismo existe e para tanto há parceria com o Sebrae mediante o “Circuito Turístico”, que visa à profissionalização das agências e das pessoas que trabalham no ramo do turismo na região. Ainda segundo a gestora, a maior clientela da agência é das cidades de Brasília e São Paulo.

A outra agência de turismo visitada foi a AMA Tour, representada pelo seu sócio. Ele revelou que esta agência realiza mais serviços ligados ao ecoturismo que em relação ao turismo cultural. Segundo sua opinião, devido ao fato de a agência se localizar em local afastado do centro histórico. De modo que, eles trabalham mais diretamente nos hotéis, pela internet e telefone, com poucos clientes os visitando in loco. Ele também entende que o foco da cidade não é o “turismo de massa”, mas em um público “selecionado”.

O relacionamento da agência com a prefeitura é considerado bom. Da mesma forma foi elogiada a atuação de Sebrae e Senac. Estes órgãos são fundamentais e vêm da percepção de que falta consciência empreendedora no empresariado local. Ainda de acordo com o gestor, três pontos são importantes de serem melhorados. O primeiro é uma maior divulgação externa do Polo para atrair turistas e efetivar o uso do aeroporto. O segundo é asfaltar trecho de terra na BR-070 que diminuiria cerca de 70 kms de distância entre a Cidade de Goiás e Pirenópolis. E o terceiro seria a maior conscientização dos empresários locais, fora do setor de turismo, a respeito da importância dessa atividade na cidade.

Jaraguá

O município de Jaraguá, apesar de se encontrar dentro do Polo do Ouro, possui um turismo voltado, principalmente, para os negócios. A maior parte dos turistas vai à cidade para fazer compras, isso se deve ao fato de o município ser reconhecido como um dos maiores polos de confecções do Estado de Goiás. Portanto o estilo de turismo deste município se diferencia dos demais casos do polo. A vocação da cidade para confecção remonta a história do Alfaite Ildevan Pereira da Silva, que viu a possibilidade de montar uma confecção de larga escala. Logo, seguidores aderiram à iniciativa e foram montando suas confecções, tornando Jaraguá este polo.

Em visita à cidade de Jaraguá, realizou-se entrevistas com atores-chaves para o turismo e cultura do município. No caso foram realizadas três entrevistas: uma com o secretário de Indústria,

Comércio e Turismo, outra com o tesoureiro da Associação de Parapente de Goiás, e a terceira entrevista seria com o secretário de Cultura, porém devido à indisponibilidade deste secretário entrevistou-se o secretário de Planejamento por ter uma ligação estratégica com outras áreas do governo municipal.

A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo tem como titular o Sr. Nélon Rodrigues “Capitão”, além deste, o quadro de funcionários da secretaria possui dois colaboradores, e no que se refere à infraestrutura há um galpão em uso pelo SENAI, SENAC e SEBRAE. Contudo a secretaria em si não possui um ambiente administrativo específico. Esta situação ainda corresponde com a levantada pelo PDTIS.

Não existe uma política integrada entre cultura e turismo, havendo uma cooperação de trabalho pontualmente feita entre as secretarias para a realização de projetos e necessidades da prefeitura. O fato de ser um município pequeno e o número limitado de colaboradores contribuem para esta situação. Assim, existe uma cooperação mútua das secretarias na realização de eventos, principalmente.

O município de Jaraguá não possui CAT, o que gera uma falta de orientação do turista ao chegar ao município. Além disto, a qualidade de hotéis e restaurantes é considerada insatisfatória pelo secretário. Ademais, essas áreas são insuficientes para atender os picos de demanda turística. Este conjunto de fatores demonstra uma carência na rede turística do município para os recursos naturais. Contudo, pela observação in loco, constatou-se que na entrada da cidade, apesar de não possuir um CAT, existem alguns estabelecimentos que oferecem o serviço de moto-táxi-guia para mostrar lojas de confecções de acordo com a necessidade do turista que chega à cidade, o que acaba suprimindo a falta do serviço público. Aliado à falta de agências turísticas na região percebe-se que o comércio local se organiza para o turismo de negócios e não o ecoturismo.

Outro ponto interesse sobre este aspecto se refere à entrevista com o tesoureiro da Associação de Parapente de Jaraguá, que apesar de possuir uma das melhores pistas de salto de parapente do Brasil, não há empresa que explore comercialmente o salto duplo, isto é, voo para quem não tem prévia experiência com o esporte, sendo esta usada para voos individuais e campeonatos, majoritariamente. Logo, deixa-se de aproveitar a potencialidade da pista assim como atrair turistas que poderiam se deslocar à cidade no intuito de realizar voos pela primeira vez.

A presença do Sistema S leva à disponibilização de diversos cursos para o setor de indústria, como o de confecção de vestuário. Contudo não há cursos diretamente para a área do turismo, mas há alguns cursos no setor de serviços que poderiam melhorar a oferta turística, como cursos

de auxiliar de cozinha, pizzaiolo e garçom, porém estes não têm conseguido demanda para fechar turmas. Provavelmente, por Jaraguá ser um polo de confecção, os trabalhadores veem neste setor uma melhor oportunidade de renda, restringindo a demanda por cursos profissionalizantes nas outras áreas.

A cidade possui plano diretor, porém, o secretário de Turismo admite que a parte que se refere indiretamente ao turismo é inefetiva. Além disto, ambos os secretários entrevistados não conhecem o PDTIS, situação que tem se repetido nos municípios de menor porte visitados.

Quanto ao perfil do turista que chega à cidade, observa-se que a maioria são representantes comerciais que vão à busca de negócios com o setor de confecção ou turistas de compras. Estes dois perfis ficam em média de dois a três dias na cidade. Sobre os hotéis relata-se que esses costumam lotar apenas na exposição agropecuária e no festival dos parapentes.

Quando tocado sobre as prioridades do município, citou-se que a área de cultura é limitada, ao ponto de faltar um teatro municipal. O secretário realça a necessidade de fortalecer a cultura no município, sendo uma das ideias levantadas a criação de uma Semana Cultural, enfatizando a necessidade de que essa fosse realizada de forma rotineira, ano a ano, e não apenas um evento esporádico. Outra necessidade levantada foi a promoção e maior divulgação de eventos e rodadas de negócio. O que mostra a tendência de focar no turismo de negócio.

De acordo com o secretário, os gastos efetuados pelo Governo do Estado com o turismo não são prioritários. Os poucos eventos apoiados são caros e o gasto poderia ser pulverizado em mais eventos ao longo do ano. Além disso, ele sugere a criação de um calendário festivo anual para os municípios do Polo do Ouro.

Sobre realizações recentes ou em execução, foi destacada a implantação de 57 placas ao longo da BR-153, sinalizando a localização do município, fato que se torna relevante devido à cidade ter crescido à margem da rodovia. Justamente para valorizar o fato de ter crescido próximo a BR-153 e intensificar o turismo na cidade, está em execução a Passarela da Moda, essa vem sendo construída com recursos federais e sem a participação do governo do Estado.

Na entrevista com o assessor de planejamento, Gilmar Maurício da Silva, esse destacou que Jaraguá se relaciona principalmente com o governo federal, por meio de emendas parlamentares²⁶ e convênios, citou como exemplo os firmados com o IPHAN. E demonstrou uma dificuldade na relação com o governo estadual. Ele levantou a questão dos hotéis não se cadastrarem no Iptur e não informarem a taxa de ocupação hoteleira, o que prejudica o

²⁶ Conforme seção anterior, não foi encontrada no período analisado.

planejamento e possibilidade de melhorias na área de turismo e cultura, não podendo ser identificado no momento da entrevista os motivos para tal resistência.

Foi constatado que os gastos realizados pelo governo municipal com a preservação do patrimônio histórico são apenas com recursos humanos, sem dispêndios com obras ou restaurações. A preservação desse patrimônio é fundamental, principalmente, para o turismo religioso, que mesmo diminuto, compõe a história local. Um exemplo é a Festa do Divino.

A última entrevista foi feita com o membro da Associação de Parapente de Goiás. Vanderlei Facundes afirma que o município tem um dos maiores potenciais para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Prova disso, é uma das maiores competições do Brasil, que ocorre na cidade e é a melhor descrita abaixo. Para ele, o governo municipal dá o suporte necessário para a, ainda pequena, demanda que existe no município. Por outro lado, o governo estadual não oferece os subsídios essenciais para o desenvolvimento do esporte, carecendo a divulgação para os goianos.

Festas e Eventos

- **Carnaval (fevereiro)**

O carnaval é um evento organizado pela prefeitura, porém é formada uma comissão de organização e esta presta contas para a promotoria pública. Associações não participam da organização. Comumente há patrocínio por parte de cervejarias e do governo federal e municipal. Neste evento circulam em torno de 35 mil turistas por dia.

O evento gera arrecadação suficiente para pagar aproximadamente 70% dos custos. Destaca-se que a maioria das barracas são montadas por pessoas de fora da cidade, sendo que estas necessitam pagar uma taxa administrativa para ocuparem o espaço. Observa-se o hábito de algumas famílias, nesta época, saírem da cidade e colocar a casa para alugar. Contudo, isto não representa uma antipatia com o festejo, de acordo com o secretário de Planejamento a sociedade civil recepciona bem o evento.

Chama-se a atenção que além da festa do carnaval em si, há outras ações agregadas na área de lazer e desportiva, entretendo os turistas durante o dia.

- **Pecuária (julho)**

A pecuária é um evento sob a responsabilidade da prefeitura, que organiza uma comissão formada por colaboradores governamentais e uma pessoa da sociedade civil. A prefeitura se responsabiliza em dar o recurso financeiro para montar a infraestrutura, enquanto a comissão

governamental é responsável pela captação do resto dos recursos necessários. O evento costuma ter um público de 20 mil pessoas/dia.

- **Festa do Divino de Padroeiros e Cavalhadas**

A Festa do Divino é organizada pela igreja, na qual a prefeitura costuma ceder as tendas, espaço físico e o show pirotécnico. Observa-se que por ser um festejo religioso, as pessoas costumam doar sua mão de obra para o trabalho voluntário, enquanto a Associação das Cavalhadas de Jaraguá organiza as batalhas. O festejo costuma trazer à cidade cerca de 15 mil visitantes no total. A festa de padroeiros tem um estilo que lembra a festa das cavalhadas. Reúne, aproximadamente, 5 mil pessoas por dia em que é comemorado cada santo.

- **Festival X Cerrado**

O Festival X cerrado é voltado para o público que salta de parapente. Um dos principais motivos para a existência deste evento se deve à existência em Jaraguá de uma das melhores pistas de salto do país. Esta pista encontra-se em uma região particular, que está sendo transformada em parque estadual. A organização do evento é realizada pela Associação em parceria com a prefeitura, sendo o gasto pequeno em comparação à renda que é gerada na região.

Devido ao evento ser realizado de forma particular, ele é planejado de forma que se pague. Logo, conta com patrocínio de empresas locais e boa arrecadação com as inscrições, o que, inclusive, financiou a construção da sede da associação, que contou com o apoio da prefeitura como também a doação do terreno. Ademais, não atrai comerciantes para instalação de estabelecimentos voltados para o evento.

Quanto ao público, costuma-se abrir inscrição para centenas de participantes terem o direito de saltar, porém além dos turistas, os participantes costumam trazer suas respectivas famílias, o que faz com que o evento tenha em média 1.500 pessoas visitando a região. A cidade nesta época do ano costuma lotar os hotéis a ponto de a prefeitura disponibilizar área para camping.

Pirenópolis

A Cidade de Pirenópolis é uma das mais antigas do Estado de Goiás. Teve extrema importância no período do ciclo do ouro, no século XVIII, não apenas na extração do ouro, como também foi um relevante centro comercial de ligação entre a Capitania de Goiás e os centros mais desenvolvidos do país, em especial a Capitania de São Paulo. Hoje, representa o principal destino indutor do Polo do Ouro e um dos quatro destinos indutores do Estado. Isto se deve, entre

outros motivos, à sua privilegiada localização de proximidade a grandes centros urbanos como Goiânia, Anápolis e Brasília.

Os entrevistados em Pirenópolis foram os secretários de Turismo, o de Cultura, o diretor local do IPHAN, os proprietários de duas agências de turismo locais, uma representante dos lojistas e artesãos locais e o diretor de uma ONG e ponto de cultura voltada especialmente para a área de educação.

As áreas de Turismo, Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Pirenópolis são integradas em uma única secretaria. Isto já demonstra a importância do turismo para o desenvolvimento da cidade na percepção da gestão. Na pasta de turismo há dez servidores. Não há dotação orçamentária específica para a pasta. A liberação de verbas ocorre via liberação direta do gabinete do prefeito. Apesar da quantidade de água e cachoeiras no município, segundo pesquisas da secretaria, a maior parte dos turistas se dirige à cidade devido a seu patrimônio histórico-cultural e em segundo lugar vêm os atrativos naturais.

O município conta com Conselho Municipal de Turismo (Comtur). Este é ativo e criou a taxa de turismo. Esta taxa é de R\$ 1,00 e se destina a financiar o Comtur para realização dos atos decididos em suas assembleias. A taxa é obrigatória, porém apenas os estabelecimentos formalizados contribuem (aproximadamente 40 pousadas e hotéis). Apesar disso, não existe um fundo do turismo. Entretanto, não existe uma fiscalização efetiva sobre a cobrança, o que dificulta uma arrecadação condizente com o fluxo real de hóspedes. Cabe ressaltar que a informalidade do negócio turismo é grande, o que constitui um problema para o desenvolvimento do mesmo na cidade.

Segundo o secretário, que é presidente do Fórum do Ouro há 6 anos, a prefeitura conta com excelente parceria junto ao sistema “S”, em especial Sebrae e Senac. Com a realização de cursos por meio do Pronatec, ele também citou que já houve dois cursos de capacitação de guias turísticos através do Senac. A realização dos cursos do Senac ocorria em salas de aula de escolas municipais e agora ocorre em espaços da UEG. O IFG também realiza cursos de capacitação nas áreas de artesanato e bordado. O secretário conhece o PDTIS, apesar de não usá-lo por conta do não andamento das suas ações previstas.

A cidade conta com 2 CATs, que indicam outros atrativos localizados na Região do Ouro, nos municípios de Corumbá e Cocalzinho. Podendo ser considerado o melhor serviço de atendimento ao turista da região estudada, pois é organizada e sua estrutura física bem localizada, além de distribuir panfletos, inclusive em versão bilíngue. O CAT divulga apenas atrativos formalizados, cedendo informações como custos, distância, localização, entre outras. A

prefeitura possui plano diretor recente, que está em vigor entre 2012 e 2016 e engloba áreas de preservação do patrimônio histórico e cultural. Após a nova estruturação da secretaria de Turismo também foi criado o Plano Municipal de Turismo, em parceria com Sebrae, mas que não é seguido à risca por uma série de fatores, entre eles a falta de recursos humanos. Outra medida interessante citada pelo secretário para o incremento do destino foi a divulgação de Pirenópolis nas Nações Unidas, em parceria com o governo federal. Em parceria com o Governo do Distrito Federal também foi criado um roteiro integrado entre Pirenópolis e Brasília, a cidade que mais leva turistas ao município e que conta com a maior renda *per capita* da região circunvizinha.

Em relação às demandas da cidade, foi apontada uma unânime, a rede de esgoto. Esse é um problema grave que dificulta a expansão do turismo. Casos de falta de água são frequentes em dias de pico. Além disto, a falta de uma rede de esgoto adequada contribui com a poluição de um dos maiores atrativos locais, as águas da região. Grande parte do esgoto da cidade, incluindo um trecho menos frequentado do centro histórico e áreas nobres da cidade, é jogado sem tratamento no Rio das Almas, que atravessa toda a cidade e é utilizado por turistas e locais para banho e lazer. Outra demanda antiga da prefeitura e do próprio Fórum do Ouro é a sinalização das rodovias indicando os acessos à cidade de Pirenópolis e demais cidades da Região do Ouro.

Segundo o secretário de Turismo, é importante que o Fórum de Turismo da Região do Ouro, um dos mais avançados entre os fóruns regionais, se formalize institucionalmente. Uma das vantagens citadas é que dessa forma o fórum seria capaz de buscar recursos para suas demandas em diversas fontes. Também foi relatado que há certo desânimo geral em relação à continuação do fórum, devido ao pequeno resultado prático que ele tem proporcionado ao incremento do turismo na região. Foi relatado que o Fórum buscou apoio diversas vezes, na esfera federal e estadual, e não foi atendido. Sobre esse ponto, o Governo do Estado e a União, principais entes a promover a regionalização, deveriam promover e ajudar uma das regiões que mais avançou no processo.

Iniciativas como o Caminho de Cora Coralina, que poderiam melhorar a integração da Região do Ouro, não avançaram e geraram mais expectativas que ações concretas. Por fim, a cidade ainda carece de um banco 24 horas, melhor qualificação dos servidores, promoção do destino em nível nacional, entre outras coisas. Sobre a divulgação da região, foi criado o site cidadeshistoricasdegoias.tur.br, que contém as informações de todos os municípios que compõem o Polo.

O governo federal também tem investido no desenvolvimento do turismo em Pirenópolis. Há projeto orçado em R\$ 36 milhões para a construção de um centro de convenções na cidade.

Entre outras vantagens como maior visibilidade da cidade no país, o centro de convenções será de grande importância para a cidade, pois irá atrair turistas durante os dias úteis, diminuindo a sazonalidade e dependência do turista de final de semana.

O turismo em Pirenópolis se desenvolveu muito nos últimos dez anos. Tanto é assim que, segundo o secretário de Turismo, a cidade já se encontra em situação de selecionar o perfil de turista que julga mais adequado para frequentar a cidade. Neste sentido, ele ressalta que o turismo de massa não é o desejável. Assim, há interesse em rever o formato ou até realização do maior evento turístico da cidade, o Canto da Primavera, que deveria ser reformatado pelo governo local em conjunto com a Secult.

O Canto da Primavera é um evento de grande porte, mas que atrai especialmente o turismo de massa. Jovens que trazem recursos para a cidade e oneram a prefeitura com gastos de infraestrutura como limpeza urbana, segurança, energia, saneamento, etc. Ainda assim, o secretário considera que este festival foi de grande relevância para consolidar Pirenópolis como importante destino turístico.

Em contraposição ao Canto da Primavera, o secretário citou o Festival Internacional de Música de Goiás – FIGO e o Festival de Gastronomia. O FIGO possui formato considerado mais adequado, pois traz shows de porte menor e atrai um turista diferenciado e em menor quantidade que o Canto. Dessa forma os turistas oneram menos a prefeitura, causam menos transtornos à comunidade local e trazem uma renda significativa para o negócio do turismo na cidade. Já o de gastronomia, além do mesmo perfil de público acima, deixa legado para os estudantes de gastronomia de Pirenópolis.

As Secretarias de Cultura e Esporte de Pirenópolis são integradas, porém cada pasta tem seus funcionários. No caso da cultura são 8 funcionários, sendo que entre estes estão incluídos os funcionários que cuidam do teatro, do cinema e do museu municipal, que se encontra no próprio prédio da secretaria. Quanto à dotação orçamentária, não tem orçamento próprio, contudo estima-se que com a Secretaria de Cultura o orçamento gira em torno de R\$ 2 milhões anuais dependendo da quantidade de eventos projetados para o município naquele ano.

O município conta com uma estrutura que apoia e pensa a cultura de forma ativa, além das secretarias de Turismo e Cultura, ressalta-se a existência do Fórum, Conselho e Fundo de Cultura. O recurso para este último provém do IPTU, numa proporção de 2%.

Quanto à prioridade no âmbito da cultura, o secretário destaca o mapeamento das atividades culturais e posteriormente a realização de um plano de cultura, que ainda não existe no

município, porém já se encontra em fase de discussão dentro do Fórum de Cultura. O secretário relata que o município possui 5 museus sendo 2 particulares, 2 de cunho religioso e 1 vinculado à Secretaria de Cultura Municipal. E ainda há iniciativa e vontade para a construção de um sexto museu, que seria o museu da imprensa, este se deve por Pirenópolis ter tido o primeiro jornal do Estado de Goiás. Ainda indica que há 3 pontos de cultura ativos. Por exemplo, o Guaimbê que é voltado para um público adulto e o Coepi voltado para um público de crianças e jovens.

Em relação aos eventos, o secretário distinguiu entre eventos culturais dos distritos e da sede do município de Pirenópolis. Em ambos a maioria dos eventos tem cunho religioso, desse modo a organização destes geralmente fica entre a Secretaria de Cultura e a Igreja.

Quanto às relações institucionais, o secretário de Cultura ressalta a parceria com a Secretaria de Turismo, sendo que estes se ajudam e se mantêm em contato na preparação dos eventos. Com a Secult há uma ligação direta entre os secretários. Porém quanto aos gastos do Estado no município foi ressaltada a necessidade de distinguir o que é recurso para eventos culturais e de infraestrutura cultural, pois há mais recurso indo para eventos do que infraestrutura, o que demonstra certa fragilidade na área. Destacou-se também a parceria com o IFG, que está realizando um curso de agente cultural.

Outro ponto tocado na entrevista foi a preocupação com o bem estar dos turistas. Estes, de modo geral, são atendidos, mas também há necessidade de atender aos moradores. Para isto, tem-se planejado que os eventos comecem durante a semana e estenda-se até o fim de semana, assim contemplando tanto o público local quanto os turistas que chegam à cidade durante o fim de semana. Um exemplo desta iniciativa foi o FIFAT - Festival Internacional do Folclore e Artes Tradicionais²⁷.

Sobre os artistas, observa-se que em Pirenópolis há muitos do gênero da música, que em sua maioria são nativos. Observa-se também que na área da cultura a sociedade civil está organizada. Exemplo disso são as associações dos Mascarados, dos Foliões, a Academia de Letras e artistas, a Banda Fênix, entre outros. Por fim, o secretário de Cultura ressalta que não existem tombamentos municipais. O IPHAN executa diretamente todas as restaurações.

Em entrevista com o arquiteto do escritório local do IPHAN foi relatado o papel deste órgão na cidade e sua relação com os habitantes locais. Entre as obras do IPHAN na cidade estão a restauração da Igreja do Bomfim, readequação arquitetônica da Casa Paroquial e o projeto

²⁷ A programação pode ser consultada em <http://www.pirenopolis.tur.br/agenda/eventos/Festival+Internacional+do+Folclore+e+Artes+Tradicionais/2014-08-25>.

paisagístico da Praça da Matriz. Há também proposta de convênio do IPHAN com a prefeitura para a concessão de desconto no IPTU de modo a estimular a preservação e restauração de imóveis integrantes do conjunto arquitetônico tombado no centro histórico.

Segundo o arquiteto do IPHAN, a relação entre o órgão e a prefeitura é muito boa, mas o mesmo não acontece com a população local. A relação é bastante conflituosa, pois há uma imagem equivocada de que o IPHAN apenas restringe e limita o uso e reformas de bens tombados, sem contrapartida alguma, mesmas queixas apresentadas na Cidade de Goiás.

Estes conflitos seriam gerados devido, especialmente, à falta de informação da população sobre o papel do IPHAN. Isto ocorre devido à falta de esclarecimento da população sobre o que de fato é o tombamento e qual a sua função para a preservação da história local. Este esclarecimento deveria ser feito durante o processo de tombamento de áreas e bens na cidade. Ademais é este patrimônio que atrai os turistas, como já relatado acima, assim movimentando parte da economia local.

Neste sentido, há uma dificuldade de distinção entre o direito particular decorrente da propriedade privada de bens tombados e o direito coletivo da comunidade sobre o patrimônio histórico. O proprietário de bem tombado tem o direito de fazer reformas e usos diferenciados de acordo com sua vontade, afinal de contas é o proprietário. Entretanto, o bem tombado possui um valor cultural de propriedade coletiva, pois conta a história de toda uma comunidade que ultrapassa os interesses particulares do proprietário. Por isso, os usos particulares são limitados para que o imóvel não perca a característica de contar a história coletiva, finalidade pela qual ocorre o tombamento. Cabe ressaltar que o tombamento e a conservação do bem colaboram para a sua valorização, o que beneficia o proprietário.

A representante dos lojistas e artesãos no Conselho Municipal de Turismo relatou que há um grave problema com a segurança no município. Este problema de segurança afeta o turismo local não apenas por fazer com que os turistas sejam potenciais vítimas da criminalidade como também por afetar o comércio local, o qual em sua maior parte se sustenta a partir do consumo dos turistas. Sua loja foi assaltada três vezes, o que dificultou o andamento dos negócios.

Outro aspecto afetado pela questão da segurança é a preservação do patrimônio histórico. Alguns lojistas com lojas localizadas no centro histórico se veem obrigados a fazer reformas em seus estabelecimentos para reforçar a segurança. Em alguns locais se notam grades de ferro modernas em fachadas coloniais, descaracterizando o bem tombado. Por sinal, ela salienta a falta de participação da sociedade civil em relação a outros temas, inclusive, nos conselhos municipais.

A entrevistada sinaliza para um potencial turístico ainda não apontado para Pirenópolis, o turismo de contracultura. Ela se recorda que a cidade, a partir dos anos de 1970, se tornou destino de pessoas oriundas de várias regiões do país ligadas ao movimento de contracultura. Este movimento marcou a cidade, inclusive estimulando o artesanato em artigos de prata. Até os dias atuais a cidade é conhecida como terra de comunidades alternativas. Desta forma, ela sugere a criação de um “Festival de Contracultura” para lembrar esta história e estimular este público a visitar a cidade.

O Coepi (Comunidade Educacional de Pirenópolis) é um centro de educação complementar ao ensino formal que visa à preservação, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental de Pirenópolis. Trabalha diretamente com a sociedade, promovendo eventos, aulas e oficinas, que contribuem principalmente para a preservação do patrimônio imaterial de Pirenópolis, abordando temas como a Catira e Cavalhadas.

O Centro é uma das associações mais atuantes e tradicionais de Pirenópolis – tem 18 anos, além de ser um Ponto de Cultura do Ministério da Cultura, já participou de vários projetos que ajudaram a manter o patrimônio histórico. Entre eles, um foi o trabalho com uma garimpeira da cidade, outro sobre a confecção de máscaras para a Festa do Divino e outro com mestres da cerâmica.

Futuramente o Coepi será aberto como atrativo turístico, o qual conterá um museu de história natural, com objetos sobre o cerrado, artesanatos, arqueologia, etc., além de oficinas de artes, máscaras e cerâmica. Essa iniciativa é essencial para aumentar a interação do turista com a cultura local. Por outro lado, planejamentos e projetos anteriores que buscaram uma articulação com o turismo, avançaram pouco e geraram mais frustrações que benefícios.

Como o centro também trata de meio ambiente, o seu diretor reconhece que alguns dos principais problemas da cidade são em relação ao esgoto; falta de água e luz nos períodos de lotação da cidade, além da violência ter aumentado nos últimos anos. Para ele, Pirenópolis está “sendo atropelada pelo turismo”, além de sofrer um processo de gentrificação. Uma possível melhora no ambiente da cidade poderia ser feita por meio da aplicação do Código de Posturas, que atualmente não é efetivo pela falta de fiscalização.

Também foram entrevistados os sócios e gestores de duas das principais agências de turismo da cidade. Um dos entrevistados relatou sobre a grande importância do apoio do Sebrae, que contribui para aumentar a qualidade dos serviços prestados aos turistas. Por outro lado, sente que Pirenópolis não está inserida no mercado nacional apesar do grande potencial turístico, inclusive, não conta com nenhum produto nas grandes agências do Brasil. Ele acredita que as

causas estão ligadas à falta de regulação do serviço e à não tarifação deste, o que dificulta a oferta.

No que diz respeito à relação com o setor público local, o dono da agência reclama que não existe fiscalização sobre as agências informais. Isto acaba trazendo uma série de efeitos maléficos, entre eles, a concorrência desleal por partes das agências piratas, que não pagam impostos e praticam preços não permitidos pelos sindicatos. Desta forma, podem cobrar um valor abaixo do de mercado, além da prestação de serviços sem qualidade, o que acaba prejudicando a imagem de Pirenópolis e não da agência em si. Um exemplo é o barraqueiro na saída para as cachoeiras, que não paga aluguel ou qualquer tipo de imposto. Desse modo, o entrevistado ressalta que sua dificuldade está nos concorrentes mal fiscalizados e na concorrência de Brasília, que usa toda a estrutura dos atrativos, fica com a renda e não deixa nenhuma contribuição no local. Enquanto o outro gestor de agência declarou a perda principalmente do público de balcão, que seria o público que as agências teriam acesso no CAT, porém estas foram proibidas de abordarem os turistas no CAT.

Anteriormente, o apoio governamental era maior, quando realizavam e apoiavam viagens de divulgação promovendo o destino. Hoje ele afirma que iniciativas como essas são pontuais, além da ausência da cidade em revistas especializadas. Ambos os gestores dizem que o poder público local também contribuiu para a extinção da associação de condutores de visitantes, com a proibição da permanência destes guias locais no CAT e pela falta de diálogo com a prefeitura, que tirou o ponto de comercialização desses com o seu público. Assim, dos 40 guias que o Sebrae formou, hoje menos de uma dezena está atuando na área.

De acordo com o proprietário de outra agência entrevistado, as duas esferas de governo, estadual e municipal, não fazem um planejamento dos eventos, que inclusive deveria ser mais discutido com a sociedade. Assim, a ausência de uma agenda por parte do setor público dificulta o planejamento e a atuação do setor privado, já que este não pode oferecer pacotes voltados para as festas ou trabalhar a questão da sazonalidade. Além disso, em muitos casos a programação *full time* dos eventos impossibilita os turistas e participantes de fazerem passeios e até mesmo conhecerem a cidade. Logo, o gestor sente que se houvesse um melhor planejamento das festas, sua situação econômica melhoraria.

Outra reivindicação foi a respeito da falta de estrutura da cidade, que não tem capacidade mais para receber grandes eventos. Se por um lado, estes quebram a sazonalidade do turismo, o que é bom para os negócios, por outro, causam transtornos. Um destes é atrapalhar o trânsito da

cidade, o que muitas vezes impossibilita os pirenopolinos de chegarem em suas casas, devido ao fechamento das ruas.

Outro ponto destacado foi com relação à participação em feiras sobre turismo, em que comumente vai um representante do setor público expor sobre as belezas de se visitar a cidade de Pirenópolis. Entretanto os gestores de agências turísticas fazem uma ressalva que estes representantes não estão aptos a vender toda uma programação, ou seja, os representantes expõem sobre a cidade, mas não vendem os passeios em si, além de faltar-lhes dados mais técnicos referentes a passeios mais específicos.

O último ponto mencionado foi em relação à falta de qualificação dos guarda-parques do Parque dos Pirineus. De acordo com os donos das agências, os próprios guardiões do parque não têm consciência ambiental. Portanto, é impossível que haja qualquer cobrança por parte desses colaboradores sobre os turistas infratores. Ambos os sócios também citam a presença maciça de escaladores no parque, chamando atenção para um esporte com grande potencial turístico.

Entrevistados

Município	Nome	Cargo	Entidade
Corumbá de Goiás	Itamar Queiroz	Secretário de Turismo	Governo municipal
	Graziele	Diretora de Cultura	Governo municipal
	Cleber Nerys	Gerente	Salto Corumbá
	Ana Ruth	Diretora	Associação de Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico
	Ramir Curado	Líder Comunitário	-
Jaraguá	Gilmar Maurício da Silva	Assessor de Planejamento	Governo municipal
	Nélson Rodrigues "Capitão"	Secretário de Turismo, Indústria e Comércio e Diretor da Associação de Comércio	Governo municipal e Associação de Comércio
	Vanderlei Facundes	Membro	Associação Goiana de Parapente
Cocalzinho de Goiás	Valdomiro Alves dos Santos	Secretário de Indústria, Comércio e Turismo	Governo municipal
	Iolanda Raimunda de Carvalho	Secretária de Educação e Cultura	Governo municipal
	Margarida Ranufa	Gestora de hospedagem/agência	Pousada Tabapoã
Goiás	Flávia de Brito Rabelo	Secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Governo municipal
	Goandira Ortiz de Camargo	Secretária de Cultura	Governo municipal
	Kariane Félix	Gestora de agência	Ipê Turismo
	Luis de Aquino	Vice presidente - Gestor de hospedagem	Associação de Pousadas, Hospedagem (APHOS) - Hotel Vila Boa
	Aline di Salvo	Gestora do IPHAN	IPHAN
	Alessandro Souza	Gestor de agência	AMA Tour
Pirenópolis	Sergio Rady	Secretário de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano	Governo municipal
	João Luiz	Secretário de Cultura e Esporte	Governo municipal
	Maurício Imenes	Chefe do escritório técnico	IPHAN
	Guilherme Pelegrini	Sócio e gestor de agência	Agência Cerrado Aventura
	Mauro Cruz	Sócio e gestor de agência	Agência Morro Alto e Ex-associação de guias
	Rogério Dias, Edivaldo e Isabella Povo	Diretor, secretário e diretora	Coepi
	Rosane Maria Regis	Membro	Associação de Joalheiros e Artesãos

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Equipe técnica

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Marcos Fernando Arriel
Guilherme Resende Oliveira
Murilo Rosa Macêdo
Paulo Jackson Bezerra Vianna

Fotografias, imagens e cartogramas

Goiás Turismo

Publicação via web

Bruno Miranda de Oliveira

Arte e Capa

Jaqueline Vasconcelos Braga

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.